

A ORDEM DO TEMPLO E A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA DO SÉCULO XII

Mário Jorge BARROCA

As Ordens Militares desempenharam, ao longo dos primeiros tempos da Nacionalidade, um papel de crucial importância não só no alargamento do território português mas também na sua defesa. O protagonismo dos freires-cavaleiros não se circunscreveu apenas à conquista de parcelas de território mais ou menos vastas, na sua maioria localizadas a Sul do rio Tejo, mas também se alargou, e de forma significativa, à defesa do território já anteriormente incorporado no âmbito nacional e ao incremento de políticas de povoamento e de desenvolvimento económico. Efectivamente, são vários os espaços de fronteira que foram, em diferentes momentos, confiados às Ordens Militares para que elas organizassem o seu repovoamento e defesa. Ora, essas doações régias de espaços de fronteira podem, quase sempre, ser entendidas em duas dimensões. Por um lado, elas traduzem o reconhecimento régio do papel desempenhado por elementos dessas Ordens em determinados momentos da Reconquista, constituindo uma forma de recompensar feitos de armas. Mas, por outro lado, elas também podem ser entendidas como reflexo da confiança que a Coroa depositava nessas Ordens para resolver, eficazmente, os problemas de colonização e de defesa da integridade do território, problemas particularmente ingratos e difíceis nessas zonas de fronteira. Ou seja, as amplas doações régias com que as Ordens Militares foram contempladas na segunda metade do século XII e na centúria seguinte espelham, indirectamente, o facto de elas serem, na sua época, as organizações detentoras dos mais avançados conhecimentos militares, quer na arte de fazer a guerra, quer na arte de erguer fortificações. Assim, poderíamos dizer que a prosperidade económica das Ordens Militares, com o impressionante conjunto patrimonial que conseguiram reunir, pode ser considerada um reflexo do seu vanguardismo militar. Já muito se escreveu sobre as Ordens Militares e a sua importância na nossa Idade Média, mas cremos que até hoje ninguém perspectivou o sucesso económico e fundiário das Ordens Militares nesta dimensão. E, no entanto, parece bem claro que os momentos de significativo aumento do património das Ordens – sobretudo quando esse património recém-adquirido é de proveniência régia e anterior aos meados do

séc. XIII – se encontram intimamente relacionados com os momentos em que essas Ordens estiveram na vanguarda dos conhecimentos militares e assinaram as principais páginas da sua história militar¹. Mas há outras dimensões, que não são de menor importância (sobretudo se tivermos em mente que estamos a lidar com instituições de cariz *militar*), mas que a nossa Historiografia não tem explorado convenientemente. Por exemplo, determinar se essas organizações eram ou não detentoras dos mais avançados conhecimentos militares na sua época e, se sim, quais são os testemunhos arquitectónicos sobreviventes nos seus castelos que podem, de alguma forma, reflectir essa dimensão de vanguarda. Ou, por outro lado, determinar quais as inovações que foram introduzidas na nossa arquitectura militar pelas Ordens Militares. Numa outra dimensão, e no que respeita às Ordens Militares de origem não-peninsular – caso dos Templários e Hospitalários –, falta ainda determinar quais as influências que a arquitectura militar da Terra Santa, cenário das Cruzadas, exerceu na arquitectura militar da Península Ibérica. Estes problemas, que são estruturais para se compreender o papel militar das Ordens, têm sido tão pouco afluídos na nossa Historiografia que quase nos atreveríamos a dizer que o lado militar das Ordens tem sido descurado face à importância económica e política que essas instituições vieram a adquirir. Nas linhas que se seguem procuraremos demonstrar estas ideias com o exemplo, para nós paradigmático, da Ordem do Templo e do seu itinerário em Portugal. Começaremos por traçar, em linhas gerais, os principais momentos históricos da afirmação dos Templários ao longo do Século XII para depois avançarmos para a análise das estruturas castelares e testarmos os vectores acima enunciados.

1. O PERCURSO DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL NO SÉCULO XII

Fundada em 1118 ou 1119 em Jerusalém por Hugues de Payens, Godefroy de Saint-Omer e outros cavaleiros franceses, com a protecção do Rei de Jerusalém, Balduino II, a Ordem do Templo encontra-se documentada em Portugal uma década depois. Na realidade, o primeiro testemunho da presença dos Templários em Portugal remonta a 19 de Março de 1128, quando D. Teresa lhes doa o Castelo de Soure – «... *meorum castello scilicet quod Saurium vocatur ...*» – com seu termo (DMP, DR I, doc. 79)². Portanto, os primeiros testemunhos da presença dos Templários em Portugal são sensivelmente contemporâneos de um momento-chave da história da Ordem, quando o Concílio de Troyes promulgou, em Janeiro de 1128, a Regra da Ordem, um texto redigido por S. Bernardo no ano precedente. Coincidindo com o Concílio, Hugues de Payens desloca-se à Europa, em 1127-1128, para recolher apoios mais explícitos à sua causa. É neste ambiente que devemos perspectivar a doação de D. Teresa. O diploma de doação do Castelo de Soure e seu termo não define de forma explícita os limites deste espaço encravado entre os territórios de Montemor-o-Velho e de Coimbra, uma zona fulcral para a defesa desta cidade já que permitia o controle dos acessos a Sul. Tratava-se, de resto, de um espaço com uma importância estratégica crescente, que saiu amplamente reforçada quando D. Afonso Henriques se fixou em

¹ A própria geografia dos bens de cada Ordem Militar espelha o momento em que essas Ordens tiveram o seu protagonismo principal. Vd., entre outros, Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 64-65.

² Existe um projecto de uma ampla doação à Ordem do Templo, de que eram protagonistas D. Teresa, o Conde galego D. Fernão Peres de Trava e outros nobres, que incluía a doação de Fonte Arcada (Penafiel) entre numerosos outros bens, e que para Carl Erdmann não terá saído do limiar das intenções (cf. Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 33). No entanto, e como Rui de Azevedo sublinhou, as Inquirições de 1258 registam que Fonte Arcada era da Ordem do Templo e que tinha sido doada por D. Teresa (cf. Rui de Azevedo in DMP, DR I, tomo 2, p. 593; PMH, Inq., p. 579), o que parece indicar que o projecto de doação terá sido realmente executado. O documento de D. Teresa não tem data expressa, tendo Rui de Azevedo fixado a datação crítica em [1128] (cf. DMP, DR I, doc. 77). Assim, este deve ser colocado lado a lado com a doação do Castelo de Soure como um dos mais antigos testemunhos da presença dos Templários em terras portuguesas.

Coimbra, a partir de 1131, convertendo esta cidade em «capital» do reino. A ausência de uma clara delimitação do espaço doado estaria na origem de um apócrifo, forjado no Séc. XIII, com a pretensa data de 29 de Março de 1128, que esclarecia os limites do território doado (DMP, DR I, doc. 80)³. A doação de Soure de 19 de Março de 1128 seria «confirmada» por D. Afonso Henriques em 14 de Março de [1129-1130], quando o Infante outorga aos representantes da Ordem do Templo diploma com conteúdo semelhante ao de D. Teresa, entregando-lhes o «... *castellum nomine Saurium* ...» que «... *habet iacenciam in extrematura territorio Colimbriensis discurrente aqua Mondego* ...» (DMP, DR I, doc. 96)⁴. A doação de Soure aos Templários não pode deixar de ser enquadrada nos difíceis momentos que a zona do vale do Mondego atravessava, depois da investida almorávida de 1116, que levou à conquista e destruição de Miranda do Corvo e do Castelo de St^a Eulália (junto a Montemor-o-Velho)⁵. Como se sabe, as notícias da aproximação do exército muçulmano tinham levado a população de Soure a recolher-se na cidade de Coimbra, não sem antes incendiar a vila e o castelo de Soure, destruindo meios de subsistência e inviabilizando a utilização desse ponto para a fixação do exército inimigo. Depois dos dramáticos eventos de 1116 a vila e o Castelo de Soure deviam necessitar de urgente repovoamento e de obras de reconstrução. Esta situação levou D. Teresa a doar o castelo ao Conde Fernão Peres de Trava em 3 de Novembro de 1122, no mesmo diploma em que trocou com este nobre o Castelo de Coja pelo de St^a Eulália e pela *villa* de Quiaios (DMP, DR I, doc. 63). No ano seguinte, em 1123, o Bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pais, entregava a Igreja de Soure aos presbíteros Martinho e Mendo Arias, para que estes a reconstruíssem, revelando-nos que o templo ainda estava destruído, certamente consequência dos eventos de 1116: «... *ecclesiam qui ibi jacebat destructa* ...» (LP, doc. 241). No entanto, ao contrário do que terá sucedido com os dois irmãos Martinho e Mendo Arias, que se empenharam decididamente na reconstrução do templo de Soure, restaurando a vida religiosa, a actuação do nobre galego não terá, aparentemente, surtido os efeitos desejados ao nível das estruturas defensivas e, seis anos depois da doação, em 1128, o castelo de Soure continuava a carecer de uma actuação mais decidida. É, pois, neste panorama que deve ser enquadrada a entrega de Soure aos Templários. Assim, o que era doado aos Templários em Março de 1128 não era um castelo e território «apetecíveis» mas, pelo contrário, uma área destruída por eventos de um passado recente, mal povoada e com carência de estruturas defensivas. O que se lhes pedia era, portanto, tarefa ingrata, em zona instável e de fronteira.

As doações de Soure e seu termo por D. Teresa e, pouco depois, por D. Afonso Henriques ficariam, durante muitos anos, como as únicas manifestações conhecidas da simpatia régia pela Ordem do Templo. Na realidade, depois destes dois diplomas os Templários atravessariam um período relativamente obscuro, que se prolongaria por década e meia, durante o qual pouco ou nada se conhece de concreto em relação à sua actividade no reino. A situação apenas começou a mudar a partir de 1143-1144, depois de uma possível reforma na organização interna do ramo português da Ordem, que se veio a traduzir num maior empenho e protagonismo dos Templá-

³ Sobre este apócrifo, que procura veicular à doação original um território que terá de ser posterior às conquistas de Santarém e Lisboa, de 1147, vd. a nota crítica de Torquato de Sousa Soares in Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, vol. III, Lisboa, 1946, Nota XLI, p. 355. Vd. tb. Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 32, nota 1 e Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, 1935, p. 65, nota 2.

⁴ É significativo que D. Afonso Henriques tenha preferido fazer doação de teor semelhante em vez de confirmar o diploma de sua mãe, D. Teresa, outorgado um ano antes.

⁵ Sobre o Castelo de St^a. Eulália veja-se Pedro A. de Azevedo, «O Castello de Santa Eulália», *O Archeólogo Portuguez*, 1^a Série, vol. XIII, Lisboa, 1908, pp. 67-75. Os eventos que se abateram em 1116 sobre este Castelo encontram-se memorizados no *Chronicon Conimbricense*, no *Chronicon Gothorum* e no *Chronicon Lamecense* – cf. PMH, *Scriptores*, pp. 2, 11 e 20; Pedro A. de Azevedo, op cit., p. 67.

rios⁶. É a partir de então que começa a surgir, ao lado das referências aos Freires, a menção do *Procurador* dos Templários, cargo que teria como primeiro titular Hugo de Martônio ou Martoniense, que se documenta entre nós desde 1143⁷ e 1147⁸, até pelo menos ao ano de 1154⁹ ou 1155¹⁰. Em 1144, um ano depois da primeira referência ao Procurador, os Templários assinam um dos seus primeiros feitos de armas conhecidos entre nós, ao defenderem Soure de uma nova incursão muçulmana, comandada pelo Vazir de Santarém. Não evitaríamos, no entanto, que as forças muçulmanas retirassem com diversos prisioneiros, entre os quais se contava o próprio Martinho de Soure que morreria no cativeiro, granjeando assim a fama de santo¹¹. No ano seguinte, em 10 de Junho de 1145, os Templários receberiam o Castelo de Longroiva das mãos de D. Fernão Mendes de Bragança e de sua mulher, D. Sancha Henriques, filha do Conde D. Henrique e irmã de D. Afonso Henriques: «... *facio cartam testamenti et firmitatis illis Militibus qui Templo Jerusalem Deo serviunt, de Castello meo quod populavi in Extremadura: et illud castellum vocatur Langrovia, habetque jecentiam in Territorio Bracharensi Metropoli, inter illud Castellum que vocatur Nomam et aliud quod dicitur Marialba, et fluvium qui vocatur Coa ...*»¹². A doação do Castelo de Longroiva deve ter sido acompanhada, sensivelmente na mesma altura, pela entrega dos Castelos de Penas Róias e de Mogadouro, ambos em Trás-os-Montes. Não conhecemos a data exacta da doação destes dois castelos mas sabemos que também terá sido iniciativa de D. Fernão Mendes de Bragança, como se regista nas Inquirições de 1258: «... *Pena Roya fuit Domnj Regis ... quod Domnus Fernandus Menendi dedit eam ordinj Templi quando tenebat Terram de manu Domni Regis ...*» e «... *Mugadoyro fuit Domni Regis ... Domnus Fernandus Menendi dedit eam Ordinj Templi quando tenebat Terram ...*» (PMH, Inq., p. 1279). Sabemos que D. Fernão Mendes de Bragança deteve a tenência da Terra de Bragança pelo menos entre 8 de Julho de 1128 e 29 de Julho de 1145¹³. Deste modo, e a acreditar no testemunho recolhido pelos Inquiridores dos meados do Séc. XIII, a doação terá de ser forçosamente anterior a Julho de 1145, e não cremos que possa ser muito recuada em relação a este ano. Efectivamente, não parece muito lógico que aquele nobre, logo no início do seu governo à frente da Terra de Bragança, decidisse alienar parte do património que o Rei lhe confiara. Pelo contrário, parece mais lógico que tenha tomado essa medida no fim da sua vida, quando sentia que já pouco tempo lhe restava. Assim, julgamos que as doações de Penas Róias e Mogadouro terão ocorrido próximo de 1145, sendo sensivelmente contemporâneas da doação do castelo de Longroiva. A posse de Penas Róias e Mogadouro pela Ordem do Templo seria objecto de negociações ao aproximar-se o fim do século, tendo a coroa estabelecido dois escambos para voltar a ter na sua posse esses bens transmontanos. Na realidade, D.

⁶ Cf. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, vol. II, Lisboa, 1945, p. 294, nota 1.

⁷ Cf. Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 36.

⁸ Cf. DMP, DR I, doc. 221.

⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, pp. 212-216, Insc. nº 98, Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém.

¹⁰ Vd. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, vol. II, s.v. «Tempreiros», Porto, 1966, p. 587-589, que refere D. Hugo de Martônio envolvido na venda de uma propriedade na Terra de Santa Maria em 1155.

¹¹ Cf. PMH, Scriptores, p. 62; Henrique Barrilero Ruas, «A Vida de Martinho de Soure como fonte para a História das Instituições Eclesiásticas», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, p. 249.

¹² Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, vol. II, Porto, 1966, s.v. «Tempreiros», p. 587; vd. tb. Rui de Azevedo, «Riba-Coa sob domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques ...», *Anais (da A.P.H.)*, IIª Série, vol. 12, Lisboa, 1962, p. 259; M. Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II, Lamego, 1979, p. 252.

¹³ Cf. respectivamente DMP, DR I, doc. 91 e DMP, DR I, doc. 210; vd. tb. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Diss. de Doutoramento, vol. II, Coimbra, 1992, p. 1010.

Sancho I doou Idanha-a-Velha e seu termo à Ordem do Templo em 23 de Janeiro de 1197 em reconhecimento de serviços prestados pela Ordem e em troca dos Castelos de Penas Róias e de Mogadouro (DS, doc. 100). E, dois anos mais tarde, em 5 de Julho de 1199 o mesmo monarca entregaria a ampla herdade de Açafa (hoje Ródão) em troca das Igrejas de Penas Róias e Mogadouro (DS, doc. 117). Apesar de se tratar de castelos régios, como se sublinha nas Inquirições de 1258, a entrega dos castelos de Longroiva, Penas Róias e Mogadouro aos Templários foi resultado da iniciativa de um nobre – do *tenens* da Terra de Bragança. No entanto, estas doações não deixam de estar muito próximas da esfera régia já que, como vimos, o outorgante era cunhado do rei.

O ano de 1147 representa um momento de viragem decisiva para os Templários em Portugal. Em 15 de Março desse ano os Freires participam ao lado de D. Afonso Henriques na conquista de Santarém, no que é a primeira acção de armas dos freires ao lado do rei. O monarca, em reconhecimento pelo contributo prestado, assinaria a polémica doação do Eclesiástico de Santarém em favor da Ordem (DMP, DR I, doc. 221, de Abril de 1147¹⁴). A doação seria recebida por Hugo Martoniense, Procurador dos Templários, e daria origem, poucos meses depois, a uma acesa e prolongada disputa. Na realidade, depois da tomada de Lisboa, em Outubro de 1147, e da restauração da sua Diocese, os direitos eclesiásticos de Santarém seriam reclamados pelo novo Bispo lisiponense, Gilberto de Hastings. A disputa prolongou-se por mais de uma década, tendo sido apenas resolvida em Fevereiro de 1159¹⁵. Como já tivemos oportunidade de defender em outro estudo, a inscrição da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, que apresenta o ano de 1154 como data expressa, deve ter sido realizada pouco depois desse ano, talvez depois de 1158 (uma vez que os seus dois intervenientes – Hugo de Martônio e Pedro Arnaldo – já tinham falecido, pedindo-se paz pelas suas almas), mas deve ser anterior ao acordo de Fevereiro de 1159, espelhando ainda o interesse dos Templários pelos direitos eclesiásticos de Santarém¹⁶.

¹⁴ Tb. publicado em *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, Doc. 2.

¹⁵ A resolução da questão do Eclesiástico de Santarém ficou assinalada em dois diplomas de Fevereiro de 1159: a célebre doação régia do Castelo de Ceras, com seu vasto território, aos Templários como sinal do reconhecimento do Rei pelo acordo alcançado entre a Ordem e o Bispo de Lisboa (DMP, DR I, doc. 271; *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 4); e uma carta do Bispo de Lisboa, D. Gilberto de Hastings, em que este cede à Ordem do Templo a Igreja de Santiago, em Santarém, com seu território paroquial, e em que reconhece aos Templários a posse de todas as Igrejas que viessem a edificar no amplo território que o monarca lhes doava em torno do castelo de Ceras (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 3). É neste último diploma que se fundamenta o facto de Tomar ser território *nulius Diocesis*. O conteúdo dos diplomas de Fevereiro de 1159 seria confirmado pela Bula *Justis petentium desideriis*, do Papa Adriano IV, datada de 12 de Junho de 1159, que concedia aos Templários a facultade de erguerem igrejas na terra de Ceras sem a obrigação de pagarem tributos ao Bispo de Lisboa (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 5) e pela Bula *Ea que pro bono Pacis*, do mesmo Papa, assinada três dias mais tarde, em 15 de Junho de 1159, confirmando o acordo estabelecido entre os Templários e o Bispo de Lisboa (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 6). A primeira bula de Adriano IV seria confirmada por bula do mesmo nome do Papa Alexandre III assinada em 27 de Junho de [1168-1169] (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 8). A isenção de direitos episcopais das Igrejas de Tomar seria ainda objecto da Bula *Te Filii Magister*, de Inocêncio III, de 31 de Maio de 1216 (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 19), e da Bula *Quoniam Labentium Temporum*, de Honório III, de 30 de Janeiro de 1217 (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 22). Sobre os direitos dos Templários sobre a Igreja de Santiago, em Santarém, veja-se ainda a Bula de Alexandre IV de 31 de Março de 1257 (*Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 53).

¹⁶ A inscrição da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém declara:

ANNO AB INCARNACIONE : Domini M . C . L . IIII . et AB URBE ISTA CAPTA . VII . REGNANTE DOMNO ALFONSO . REGE . COMITIS HENRICI FILIO . et UXORE EIUS REGINA MAHALDA HEC ECCLESIA FUNDATA EST IN HONORE Sancte MARIE VIRGINIS et MATRIS XPI A MILITIBUS TENPLI IHEROSOLIMITANI . IUSSI MAGISTRI HUGONI . PETRO ARNALDI . EDIFICII CURAM GERENTE : ANIME EORUM REQUIEScant IN PACE Amen.

Uma resenha das diferentes propostas de leitura e das principais referências a este lereiro encontra-se em Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 98, pp. 212-216. A datação crítica por nós proposta baseia-se no facto de os dois intervenientes referidos na inscrição, e pelos quais se pede descanso da alma, terem falecido depois de 1154-55 (D. Hugo de Martônio) e em 1158 (D. Pedro Arnaldes, que segundo Cordeiro de Sousa faleceu na conquista de Alcácer do Sal, a 24 de Junho). A inscrição de Santa Maria da Alcáçova de Santarém deverá, portanto, ser obra de [1158-1159] – cf. Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, pp. 215-216.

A década seguinte ficaria marcada por um acontecimento de suma importância para o percurso da Ordem do Templo em Portugal. Referimo-nos, obviamente, ao regresso de D. Gualdim Pais ao Reino, depois de ter permanecido por cinco anos no Próximo Oriente, onde participou, no quadro da IIª Cruzada (pregada por S. Bernardo em 1146), na tomada de Escalona (1153), no cerco de Antioquia e onde combateu as forças do Rei da Síria e do Sultão do Egipto. Logo depois do seu regresso D. Gualdim Pais seria conduzido ao posto cimeiro da organização, sendo nomeado Mestre da Ordem do Templo em Portugal¹⁷. A sua passagem pelo cargo máximo da Ordem ficaria associada ao momento de maior projecção dos Templários em Portugal. O primeiro testemunho que conhecemos depois do seu regresso a Portugal é a doação de D. Afonso Henriques de umas casas e terras em Sintra. Trata-se de um diploma não datado, que tem recebido a datação crítica de [1156-1157], e onde o monarca dá a «... *tibi Magistro Gualdino cartam donationis et firmitudinis de domibus et hereditatibus cultis et incultis quas tibi tradidimus apud Sintriam pro beneplacito et fidei servitio quod nobis semper fecistis* ...» (DMP, DR I, doc. 257). Pouco depois desta doação, em Julho de 1157, D. Afonso Henriques assinaria outro diploma, entregando oito moínhos dos açudes de Touvede e do Alviela aos Templários, ao mesmo tempo que lhes prometia a posse de todos os que a Ordem viesse aí a erguer (DMP, DR I, doc. 262). Por esta altura – cerca de 1156 – os Templários davam início à construção do Castelo de Pombal, que talvez possa ser considerado a primeira obra de vulto de iniciativa de D. Gualdim Pais¹⁸. Na realidade, a data da fundação desta fortificação, que tem andado envolvida em alguma polémica¹⁹, pode ser atribuída a esse ano. Efectivamente, quando em 1174 D. Gualdim Pais outorgou o primeiro Foral de Pombal, a data foi expressa na seguinte forma: «... *Facta firmamenti karta a constructioni opidi Anno Decimo Octavo Mense Junio Era Millesima Ducesima XIIª*» (PMH, Leges, p. 399). A confiar nesta passagem, poderíamos dizer que o Castelo de Pombal teria sido fundado dezoito anos antes da atribuição do Foral, ou seja em 1156. Esta referência encontra confirmação indirecta em duas outras fontes documentais dessa centúria. A primeira referência – que é também a menos explícita – remonta a 1159, quando no Foral de Redinha se estipula que os foros devem ser pagos segundo o foro de Pombal («... *per forum terrae Palumbarii* ...») (PMH, Leges, p. 386). Esta passagem parece revelar que Pombal já existiria nesse ano, estando o seu espaço já estruturado

¹⁷ D. Gualdim Pais era filho de D. Paio Ramires (da linhagem dos Ramirões) e de D. Gontrode Soares (irmã de D. Paio Soares Correia, o Velho) (cf. LD, 15 D 4; LL, 56 F 5). Era irmão de D. Gomes Pais de Priscos, de D. Estevaíña Pais (que casou com D. Martim Anes de Riba de Vizela) e de D. Sancha Pais (que casou com D. Paio Gomes Gábere) (vd. LD, 26 A 3; LL, 56 C 4). As inscrições de 1171 declaram-no natural de Braga, sendo provável que fosse oriundo de Priscos, às portas de Braga, como parece sugerir o nome de seu irmão. Em Priscos concentrava-se parte dos bens de seu pai, e aqui detinha a Ordem do Templo dois casais e outros direitos (em 1220), que poderiam ter chegado à sua posse por doação de D. Gualdim Pais. Segundo a tradição teria sido armado cavaleiro em Ourique, em 1139 (Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram* ..., s.v. Tempreiros, vol. II, Porto, 1966, p. 590). Terá andado em cruzada no Próximo Oriente por 5 anos, portanto sensivelmente entre 1151/1152 e 1156/1157. Participou na conquista de Escalona, em 1153, e na defesa de Antioquia. Regressou a Portugal em 1156 ou 1157, sendo referido em diversos diplomas régios quer como beneficiário quer como testemunha. Sucedeu na orientação dos destinos da Ordem do Templo a D. Pedro Arnaldes que, segundo documento divulgado por Fr. Bernardo da Costa, é referido como Procurador do Templo em Abril de 1157, quando a Ordem do Templo adquire bens a D. Sancha Viegas e a seu filho Gonçalo Soares. D. Gualdim Pais faleceu em 13 de Outubro de 1195, como revela o seu epitáfio, que se conserva na Igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar, onde estava localizado o panteão dos Templários (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 203, pp. 430-434). Sucedeu-lhe D. Lopo Fernandes, que já se encontra referido na condição de Mestre do Templo em 23 de Janeiro de 1197 (DS, doc. 100). Sobre D. Gualdim Pais vd., entre outros, José Mattoso, *Ricos Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, p. 215.

¹⁸ Mesmo que o castelo possa ter sido iniciado por D. Pedro Arnaldes – que algumas fontes, não isentas de dúvida, pretendem que ocupou o cargo de Procurador entre D. Hugo Martónio e D. Gualdim Pais – a obra de Pombal foi esmagadoramente devida a D. Gualdim Pais.

¹⁹ Alguns autores têm, inclusive, proclamado a ausência de dados seguros para a determinação da data de fundação deste castelo. Vd., por exemplo, Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, 1969, p. 140.

em *Terra*. No entanto, pode-se sempre argumentar que não há uma referência explícita à existência da fortificação. Mas a segunda fonte documental ajuda a dissipar as dúvidas. Numa Inquirição realizada em 1184-85 na cidade de Coimbra, o Presbítero Cipriano revelava que se lembrava de ter assistido ao povoamento de Ega, Redinha e Pombal uns oito anos depois da reconquista de Lisboa (Outubro de 1147), ou seja, cerca de 1155²⁰. O cruzamento destas três referências documentais parece ser suficiente para podermos dar por seguro que a construção do Castelo de Pombal, talvez a primeira grande iniciativa de D. Gualdim Pais, terá começado em 1156. Conclusões que são confirmadas por uma Bula de Urbano III, datada de 22 de Maio de 1187, que declara expressamente que o Castelo de Pombal fora um dos vários erguidos por iniciativa dos Templários, assegurando assim a paternidade da obra. Referimo-nos à bula *Cum pro Defensione*, pela qual o Papa Urbano III confirma as doações que D. Afonso Henriques, D. Teresa e seus vassallos tinham feito em diversas ocasiões à Ordem do Templo: «... *universas possessiones et redditus, quos de pia deliberatione et rationabili concessione bone memorie Anfossi quondam Portugalensium regis, matris et vassallorum suorum, videlicet terram desertam ex dono regis memorati in marchia Sarracenorum cum omnibus suis terminis, ubi oppidum fecistis, quod Plumber nominatur, et oppidum Thomar cum omnibus suis terminis, oppidum Ozezer et oppidum Almourol, Lacardica, Lapignera, domum de Efra, domum Sintre, domum de Lixiboni, cum omnibus pertinentiis suis, domum de Leereene, domum Rodni cum omnibus pertinentiis suis, domum de Sancto Ereno cum omnibus pertinentiis suis, terram desertam in loco qui dicitur Penna cum omnibus terminis suis, ubi oppidum ad illius terre custodiam construxistis, ex dono matris regis ipsius Soriam cum omnibus suis terminis, et domum de Ega et ex dono vassallorum duo oppida, Langoram scilicet et Mugadoram ...*»²¹. Esta Bula reporta-se aos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Almourol, Cardiga e *Lapignera* (?), e às casas de *Efra* (?), Sintra, Lisboa, Leiria, Redinha e Santarém, tudo bens que tinham chegado às mãos dos Templários por meio de iniciativas de D. Afonso Henriques, e ainda o castelo de Soure e as casas de Ega, doados por D. Teresa, e os castelos de Longroiva e Mogadouro doados por «vassallos» (que, como já vimos, resultaram de doações de D. Fernão Mendes de Bragança). A forma como o Papa se reporta a Pombal – «*oppidum fecistis quod Plumber nominatur*» – é mais um argumento que nos assegura que a sua construção resultou de iniciativa dos Templários.

No final da década, em 1159, D. Gualdim Pais assinaria a Carta de Foral de Redinha (PMH, Leges, p. 386), o primeiro diploma do género que os Templários outorgariam para incentivo do povoamento das terras que lhes estavam confiadas. É possível que seja desse mesmo ano o Foral de Ferreira, que tem sido datado de 1156 (PMH, Leges, p. 385) e que parece lógico que seja algo posterior à doação de Ceras. Nesse mesmo ano, em Fevereiro de 1159, D. Afonso Henriques faria doação do Castelo de Ceras (freg. de Alviobeira, conc. de Tomar) com amplo território, em reconhecimento e recompensa pela cedência dos Templários na questão do Eclesiástico das Igrejas de Santarém (DMP, DR I, doc. 271; *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 4). Este diploma ocupa um lugar especial no itinerário da Ordem resolvendo uma contenda que se arrastava há mais de uma década. No diploma régio, D.

²⁰ Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, «O Litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal», *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983, p. 354; vd. tb. GEPB, s.v. «Pombal», vol. XXII, p. 331; Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 23.

²¹ Cf. Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927, nº 118, pp. 334-335; ref. por Joaquim dos Santos Abranches, *Fontes do Direito Eclesiástico Portuguez. I. Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, 1895, p. 5, nº 27; e por Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 24.

Afonso Henriques declara que «... do et concedo Deo et Militibus Templi illud castrum quod dicitur Cera pro ecclesijs ellis de Sanctarem quas eis prius dederam preter ecclesiam Sancti Iacobi ...» (DMP, DR I, doc. 271), definindo de seguida o amplo território doado. É possível que D. Gualdim Pais tivesse pensado, num primeiro momento, em restaurar o Castelo de Ceras, que lhe era confiado, mas por certo deve ter abandonado a ideia pouco depois, talvez mesmo sem que ela tenha tido qualquer repercussão no terreno. Na realidade, é pacífico que em Ceras existia um castelo anterior aos Templários, o «castrum quod dicitur Cera» já referido no diploma régio de Fevereiro de 1159, mas que devia estar abandonado, necessitando de obras de reconstrução. Os vestígios dessa velha fortificação ainda eram visíveis cerca de 1542, tendo sido registados pelo Dr. Pedro Álvares Seco: «... Per estas cartas [de D. Afonso Henriques] se mostra que ao tempo em que se fizeram as doações que se nelas conthem aa ordem do Templo, estava esta terra despovoada e nom avia em toda ella, das limitações das cartas a dentro, mais que o castello de Çera, que estaa abaixo das Vendas de Çeras, duas legoas desta villa de Tomar, em hum outeiro, junto da Ribeira de Çeras e de hua aldea que se chama dos Caluynos, que he casy em meo da limitação desta terra; e ora nom se vee delle mais que algus pedaços dos fundamentos ...»²². Mas Viterbo, em 1799, já teve dificuldade em encontrar testemunhos da existência desta fortificação²³. O projecto de restaurar o castelo de Ceras deve ter sido rapidamente abandonado já que um ano depois da doação de Ceras, logo em 1 de Março de 1160, D. Gualdim Pais dava início à construção do Castelo de Tomar, implantado escassos quilómetros a Sul, e que viria a ser a casa-mãe dos Templários em Portugal²⁴. Uma inquirição de 1317, citada por Rui de Azevedo, explica em parte os motivos desta mudança de estratégia ao declarar que os Templários desprezaram «o castro de Ceras para ir povoar Tomar por ser melhor cabeça e ter melhores águas»²⁵. Pouco depois de ter sido iniciada a construção do Castelo de Tomar, D. Gualdim Pais outorgaria em 1162 o primeiro Foral de Tomar, procurando atrair povoadores a essas paragens (PMH, Leges, pp. 388-389). Esse diploma reflecte o caracter de espaço de fronteira que Tomar continuava a desempenhar, 15 km a Norte do curso do Tejo, nomeadamente quando estabelece uma repartição das obrigações militares entre a população civil e os freires, determinando que metade do ano as atalaias fossem da responsabilidade dos Templários e na outra metade do ano asseguradas pelos habitantes civis de Tomar – «... atallias ponamus nos medietatem anni et vos medietatem ...». Mas o Foral de Tomar assegura-nos, ainda, que desde o início a estrutura militar programada pelos freires incluía não só o Castelo e a área conventual, reservada à Ordem – ou seja o que poderíamos designar a Alcáçova – mas também uma área residencial, urbana – uma Almedina. E, na realidade, desde relativamente cedo temos notícias documentais desse aglomerado urbano que se foi desenvolvendo à sombra do Castelo dos Templários, respondendo aos incentivos criados pelo foral de 1162²⁶. Alguns anos depois, em 30 de Novembro de 1165, D. Afonso Henriques voltava a distinguir os Templários com outra doação, entregando-lhes agora Idanha-a-Velha e

²² Cf. *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 4, nota 1, pp. 10-11.

²³ Vd. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, s.v. «Tempreiros», vol. II, Porto, 1966, p. 591, onde se declara que do Castelo de Ceras «hoje nem o sitio se mostra com certeza». O topónimo Ceras preserva-se ainda hoje como nome de ribeira, afluente do Nabão.

²⁴ Uma inscrição, gravada no lintel da Porta da Torre de Menagem do Castelo de Tomar, memoriza esse momento – cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 104, pp. 230-234.

²⁵ Cf. Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 40.

²⁶ Quase ao mesmo tempo começavam a desenvolver-se dois importantes arrabaldes: o de S. Martinho, a Ocidente da Charola, destruído no Século XVI com o programa de alargamento das instalações conventuais, e o da Corredoura, no sopé do monte, onde actualmente se localiza a cidade de Tomar. Manuel Sílvio Alves Conde regista a existência destes arrabaldes desde 1178 (Corredoura) e 1187 (S. Martinho) – cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval – O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 84.

Monsanto, com um amplo território delimitado pelos rios Tejo, Elga e Zêzere (DMP, DR I, doc. 288). O monarca demonstrava, assim, que continuava a depositar confiança nos freires do Templo, entregando-lhes um vasto território no Leste do Reino, fazendo fronteira com o Tejo (a Sul) e o reino de Leão e Castela (a Leste). Quase a terminar a década de 60, D. Afonso Henriques assinava outro documento procurando, face à crescente ameaça representada pelas forças almohadas, motivar os Templários para a empresa da Reconquista. Em Setembro de 1169 fazia doação à Ordem do Templo da terça parte de todas as terras que os freires viessem a conquistar além-Tejo com a condição de que os seus rendimentos fossem utilizados em serviço de Deus e do Rei (DMP, DR I, doc. 295). No mês seguinte, em Outubro de 1169, D. Afonso Henriques confirmaria a posse do Castelo de Tomar pela Ordem do Templo, acrescentando em doação os castelos de Zêzere (conc. de Vila Nova da Barquinha) e da Cardiga (conc. da Golegã) (DMP, DR I, doc. 297; *Monumenta Henricina*, vol. I, Lisboa, 1960, doc. 7). Julgamos que é possível que a confirmação da posse de Tomar esteja relacionada com o fim (ou a aproximação do termo) das obras do castelo de Tomar. Na realidade, há uma série de indícios que apontam para que a construção de Tomar tenha ocupado, de forma absorvente, os Templários durante uma década. Assim, a confirmação de Outubro de 1169 justificar-se-ia porque a obra estava quase terminada. O diploma de Outubro de 1169 especificava, ainda, os limites do território do Castelo de Zêzere, confinante com o território de Ceras/Tomar que estava na posse da Ordem há já uma década.

Como referimos, durante uma década – entre 1160 e 1170 – os Templários dedicaram todo o seu esforço ao Castelo de Tomar, desde logo concebido como arrojada estrutura fortificada, por certo já pensada para ser a sede militar da Ordem. Na realidade, não podemos deixar de sublinhar que entre 1160 e 1171 não se conhecem testemunhos seguros do empenho dos Templários em outras obras de fortificação. Pelo contrário, terminada a década de sessenta, inaugura-se um período de grande actividade construtiva e reformadora nos diversos castelos dos Templários, o que parece revelar que, depois de concluído o castelo de Tomar, os Templários terão considerado que era chegado o momento de dar atenção às outras estruturas que estavam na sua posse, reformulando e actualizando os sistemas defensivos. É nesse movimento que se devem enquadrar as obras de reforma que promovem nos castelos de Pombal (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174), bem como a construção, de raiz, do Castelo de Almourol (1171), tudo obras testemunhadas por epígrafes²⁷. No entanto, as inscrições de Pombal e de Almourol, de 1171, referem na parte final dos seus textos que D. Gualdim Pais fora responsável pela construção dos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Almourol, *Cardiga*, *Idanha-a-Velha* e *Monsanto*, alargando assim o leque das estruturas castelares onde o Mestre e os Templários intervieram. Este movimento de reforma de estruturas castelares seria acompanhado pela outorga de cartas de foral a diversas localidades como forma de incrementar o povoamento. Assim, ao longo do ano de 1174 D. Gualdim Pais assinaria o Foral de Pombal (PMH, Leges, pp. 398-399), o Foral do Castelo de Zêzere (PMH, Leges, pp. 403-404) e o segundo Foral de Tomar, uma carta que completava o diploma anterior, de 1162, clarificando as disposições penais (PMH, Leges, pp. 399-401). Dois anos depois, em 1176, o Mestre dos Templários assinaria o segundo foral de Pombal onde, à semelhança do que se passara com Tomar, eram discriminadas as penas (PMH, Leges, pp. 404-405). Deste modo, podemos afirmar que o novo interesse que os Templários começaram a reservar às diversas povoações que lhes estavam confiadas não pas-

²⁷ Vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 136 (Pombal, 1171), nº 137 (Almourol, 1171), nº 138 (Almourol, 1171), nº 142 (Penas Róias, 1172-?), nº 148 (Longroiva, 1174). A inscrição de Pombal (que hoje se conserva no Convento de Cristo, em Tomar) e as de Almourol (Insc. nºs 136 e 137) constituem das mais por-menorizadas notícias para a biografia de D. Gualdim Pais.

sou apenas pela reforma da arquitectura dos seus castelos mas contemplou igualmente, nas zonas onde isso era necessário, a reforma do suporte legal e administrativo, criando novos incentivos para o povoamento.

A segunda metade da década de 70 e a década de 80 constituíram novo período relativamente obscuro para a Ordem do Templo, onde os dados documentais conhecidos são escassos. No entanto, não parece que a morte de D. Afonso Henriques tenha representado uma ruptura nas relações entre os Templários e a Coroa, nem sequer uma quebra da sua influência, uma vez que D. Gualdim Pais continua a testemunhar alguns documentos régios, embora num volume aparentemente pouco expressivo²⁸. No entanto, logo em 1190 voltamos a encontrar notícias. Na realidade, uma inscrição que se conserva hoje no Convento de Cristo, em Tomar, deslocada do seu local de origem e embutida na escada de acesso ao Mosteiro, memoriza os trágicos eventos vividos pelos Templários e pelos habitantes de Tomar em 5 de Julho de 1190, quando se viram cercados pelo poderoso exército almohada de Abu Yaqub al-Mansur. O cerco demorou seis dias e resultou em ampla destruição na zona extra-muros. No entanto, a fortificação passou a prova, resistindo. A inscrição de 1190 transcreve, no início, o texto da primeira inscrição de Tomar, memorizando a fundação do Castelo em 1 de Março de 1160, acrescentando depois a notícia do cerco almohada de 1190, empolando o número de forças sitiadas como forma de reforçar o aspecto heróico da resistência dos Templários:

E(ra) : M : C : LX' : VIII : REGNANTE : ALFONSO : ILLUSTRISIMO REGE PORTUGALIS :
MAGISTER GALDINUS : PORTUGALENSI : UM [Sic] : MILITUM : TEMPLI : CUM FRATRIBUS
SUIS PRIMO : DIE : MARCII : CEPIT : EDIFICARE : HOC : CASTELLUM : NOMINE : THOMAR :
QUOD : PREFATUS : REX : OBTULIT : DEO : ET : MILITIBUS : TEMPLI : E(ra) : M : CC : XX :
VIII : III : NONAS : IULII : VENIT : REX : DE : MAR(r)OQ(u)IS : DUCENS : CCCC : MILIA :
EQ(u)ITUM : ET : Q(u)INGENTA : MILIA : PEDITUM : ET OBSEDI : CASTRUM ISTUD : PER :
SEX : DIES : ET : DELEVIT : QUANTUM : EXTRA : MURUM : INVENTI : CASTELLUM : ET :
PREFATUS : MAGISTER : CUM FRATRIBUS : SUIS : LIBERAVIT : DEUS : DE : MANIBUS :
SUIS : IPSE : REX REMEAVIT : IN PATRIA : SUA : CUM : INNUMERABILI DETRIMENTO :
HOMINUM : ET : BESTIARUM :²⁹.

O cerco almohada de 1190 não teve apenas consequências nefastas em Tomar, tendo atingido quase toda a Estremadura portuguesa. Efectivamente, a invasão almohada traduziu-se ainda na conquista de Torres Novas, que foi incendiada e saqueada depois de resistir durante dez dias ao cerco do exército de Abu Yaqub al-Mansur³⁰.

²⁸ Vd. DS, doc. 9, de Maio de 1186; DS, doc. 87, de [1186-1195]; DMP, DR I, doc. 348 = DS, doc. 43, de 1189. Sublinhemos, no entanto, que o valor relativo destes documentos deve ser equacionado não em termos globais (onde efectivamente o parco volume de documentos revela que D. Gualdim Pais não seria das visitas mais regulares da corte régia) mas ponderando o panorama desenhado ao longo da segunda metade do reinado de D. Afonso Henriques, de 1156 até 1185. Ora também aqui a presença de D. Gualdim Pais não fora particularmente numerosa. Na realidade, se exceptuarmos os diplomas que lhe dizem directamente respeito (ou seja, aqueles em que é beneficiário directo), D. Gualdim Pais apenas testemunhou ou confirmou três diplomas de D. Afonso Henriques: DMP, DR I, doc. 289, de 28 de Abril de 1166; DMP, DR I, doc. 304 = PMH, Leges, p. 396, de Março de 1170; DMP, DR I, doc. 320, de Fevereiro de 1174. Deste modo, parece legítimo dizer que D. Gualdim Pais nunca terá sido um frequentador muito assíduo da corte régia, nem durante o reinado de D. Afonso Henriques nem no de seu filho Sancho I, preferindo pelo contrário acompanhar os seus *milites*.

²⁹ Vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 188, pp. 399-405 (onde se apresenta uma resenha das diversas leituras conhecidas para este letrado e respectivo comentário).

³⁰ Cf. Ambrósio Huici Miranda, «Las campañas de Ya'qub Al-Mansur en 1190 y 1191», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 5, Lisboa, 1954, p. 63. Sobre a campanha de Abu Yaqub al-Mansur, de 1190, e para além do contributo decisivo de Huici Miranda, veja-se ainda A. Herculano, *História de Portugal*, ed. crítica de José Mattoso, vol. II, pp. 71-79; Damião Peres, *História de Portugal*, vol. II, Barcelos, 1928, p. 143; Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, 1939-44, p. 11 e ss.; José Mattoso, *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 95-97; e o relato árabe em António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Lisboa, 1973, pp. 311-315.

Em 1190 D. Gualdim Pais era pessoa já idosa, com pelo menos cerca de 70 anos. Efectivamente, se confiarmos na tradição que nos diz que foi armado cavaleiro em Ourique (1139)³¹, D. Gualdim Pais teria nascido cerca de 1118/1120, pelo que contaria então com perto de 70 anos. Na realidade, pouco mais tempo de vida lhe restava, vindo a falecer cinco anos depois do cerco almohada, em 13 de Outubro de 1195, como esclarece o seu epitáfio, que se conserva em St^a Maria dos Olivais, em Tomar:

+ : OBIIT : FRATER : GUALDINUS : MAGISTER : MILITUM : TEMPLI : PORTUGALIE : Era : M^a : CC^a : XXX^a : III^a : III^o : IDUS : OCTOB(r)IS : HIC : CASTRUM : TOMARIS : CUM : MULTIS : ALIIS : POPULAVIT : REQUIESCAT : In PACE : AMen : ³².

Na condução dos destinos da Ordem do Templo sucedeu-lhe D. Lopo Fernandes, que já se encontra investido na qualidade de Mestre dos Templários em 23 de Janeiro de 1197: «... vobis Magistro Domno Lopo et universis fratribus Milicie Templi ...» (DS, doc. 100). Mesmo que D. Lopo tenha sido nomeado Mestre pouco depois da morte de D. Gualdim Pais, ainda no final do ano de 1195, não esteve à frente da Ordem do Templo mais de cinco anos. Na realidade, é ele quem recebe, das mãos de D. Sancho I, as duas importantes doações para a Ordem do Templo, selando os acordos de transferência da soberania de Penas Róias e Mogadouro para a esfera régia: a doação de Idanha-a-Velha e seus termos (em troca dos castelos de Penas Róias e Mogadouro – DS, doc. 100, de 23 de Janeiro de 1197), e a doação da herdade de Açafa, junto da margem Norte do Tejo (que corresponde hoje a Vila Velha de Ródão), com seu vastíssimo termo (em troca das igrejas de Penas Róias e Mogadouro – DS, doc. 117, de 5 de Julho de 1199). No entanto, segundo os *Annales Portucalenses Veteres*, na primeira versão longa do Livro das Eras de St^a Cruz de Coimbra, D. Lopo Fernandes teria falecido no cerco de Ciudad Rodrigo em 6 de Fevereiro de 1198 [Sic]: «VIII idus Februarii mortuus fuit magister Domnus Loppus in Civitate Roderico. Era M^a CC^a XXX^a VI^a. Eodem die, mortuus fuit Nunus Fafiz cum eo.»³³. Ora, de acordo com o que nos revela o documento de 5 de Julho de 1199 (DS, doc. 117), onde D. Lopo Fernandes ainda é referido como vivo, é impossível que tenha falecido em 6 de Fevereiro de 1198, como pretende o registo analístico crúzio. E, se o dia e mês estiverem correctos, nem sequer poderá ser em 1199, mas sempre posterior a este ano. Ao certo, apenas podemos dizer que deve ter falecido próximo da viragem de centúria, e que em 23 de Janeiro de 1206 já a Ordem do Templo era governada por D. Fernando Dias (cf. DS, doc. 162). Este também não permaneceria muito tempo à frente dos destinos dos Templários, pois em Setembro de 1208 já a Ordem conhecia o novo Mestre, D. Gomes Ramires (cf. DS, doc. 239), que viria a falecer em 19 de Julho de 1212 (?), como nos revela o seu epitáfio que se conserva, em muito mau estado, na Igreja de St^a Maria dos Olivais³⁴.

³¹ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram ...*, s.v. Tempreiros, vol. II, Porto, 1966, p. 590.

³² Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1195, Insc. nº 203, pp. 430-434.

³³ Cf. PMH, *Scriptores*, p. 3; António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, p. 72.

³⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. nº 267, pp. 539-542. Se a leitura da data desta epígrafe está correcta, como julgamos, e se não houve engano do lapicida aquando da criação do letreiro, é impossível que D. Gomes Ramires tenha falecido em consequência de ferimentos recebidos durante o cerco de Ubeda (que decorreu entre 20 e 22 de Julho de 1212), depois de ter participado na Batalha de Navas de Tolosa (16 de Julho de 1212), como se pretende nos *Annales Portucalenses Veteres*, onde se regista a sua morte no dia de Santiago (25 de Julho) do ano de 1212 (cf. PMH, *Scriptores*, p. 3; António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, pp. 72-73), e como pretendem diversos autores (cf., por exemplo, Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, vol. IV, Lisboa, 1632, p. 72). Ganharia, pelo contrário, algum peso a possibilidade de ter falecido em consequência de ferimentos recebidos durante a própria Batalha de Navas de Tolosa, travada três dias antes da sua morte. D. Gomes Ramires foi, de resto, a pessoa a quem D. Afonso II confiou o comando das forças portuguesas que se deslocaram a Navas de Tolosa.

Como se pode verificar, o Mestrado de D. Gualdim Pais pode ser considerado o «período de ouro» dos Templários em Portugal. Na realidade, mais nenhum Mestre da Ordem do Templo conseguiu obter tanta projecção para a sua Ordem ou granjear tanto prestígio entre os seus Freires. O período que decorre entre a chegada de D. Gualdim Pais ao reino, em 1156, e o ano de 1175 foi, efectivamente, o momento-chave na afirmação da Ordem entre nós, e um período de acentuado dinamismo construtivo. Depois de 1175 os Templários parecem entrar em relativa decadência ou, pelo menos, revelam um menor protagonismo, entrando numa fase pautada por um prolongado e por vezes intrigante silêncio das fontes documentais (pelo menos nas emanadas do poder central). A ele pode não ser estranho o facto do Mestre ter já uma idade avançada. Mas também não podemos isolar esta tendência da conjuntura que se começava a desenhar, com a crescente «concorrência» que a Ordem do Templo começou a ter de enfrentar, quando os Hospitalários começaram a ganhar alguma projecção militar e quando surgem no panorama nacional as ordens militares de fundação peninsular (os Cavaleiros de Évora, futura Ordem de Avis, ramo português de Calatrava, e os Cavaleiros da Ordem de Santiago).

2. OS TEMPLÁRIOS E A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA DO SÉCULO XII

Traçado, nas suas principais linhas de força, o percurso dos Templários no reino português ao longo do Século XII, é tempo de sondarmos alguns dos castelos que a Ordem deteve para procurar testar as ideias defendidas no início do presente estudo. Não o iremos fazer em relação a todas as estruturas com igual profundidade, já que isso tornaria este ensaio demasiado extenso, mas procuraremos focar os casos mais exemplares.

Como referimos, a primeira estrutura castelar a ser confiada aos Templários foi o Castelo de Soure, doado à Ordem por D. Teresa em 1128 e de novo por D. Afonso Henriques em [1129-1130]³⁵. O Castelo de Soure (Fig. 6) tem, desde há alguns anos, despertado a nossa atenção, tendo já sido objecto de reflexões em dois outros estudos³⁶. No entanto, julgamos estar longe de ter esgotado nessas curtas referências todas as lições que essa fortificação tem para nos dar. A reconquista de Soure não pode ser dissociada da reconquista definitiva de Coimbra, protagonizada por D. Sesnando e Fernando o Magno, em 1064. Desde então e pelo menos até 1147 o Castelo de Soure desempenhou um papel crucial na defesa de um dos acessos de Sul a Coimbra e a Montemor-o-Velho, nomeadamente no que respeita ao itinerário que se apoiava na antiga via romana Olisipo-Bracara³⁷. No entanto, devemos sublinhar que

³⁵ Sobre Soure, o seu castelo e os eventos históricos que o rodeiam veja-se Leontina Ventura, «Soure na sua História: Algumas Reflexões», *Locus*, nº 1, Coimbra, 1986, pp. 39-49; João Barbosa C. Figueiredo Castelo Branco, «Apontamentos à cerca da villa de Soure», *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. I, Lisboa, 1849, pp. 45-59; José S. Martins Ferreira, «Apontamentos à cerca da muito antiga villa de Soure», *O Instituto*, vol. XIX, Coimbra, 1874, pp. 124-131 e vol. XX, Coimbra, 1875, pp. 28-36; S/A, s.v. «Soure», G.E.P.B., vol. XXIX, pp. 737-746; Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, pp. 22-24; Augusto Santos Conceição, *Soure*, Coimbra, 1942, pp. 58 e ss.; Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, Lisboa, A.N.B.A., 1952, pp. 214-218; Henrique Barrilaro Ruas, «A Vida de Martinho de Soure como fonte para a História das Instituições Eclesiásticas», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, pp. 233-256; D. Fernando de Almeida, «Pedras Visigóticas em Soure», *Ethnos*, vol. V, Lisboa, 1966, pp. 413-16; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 136-139; Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 31-34. Existe uma descrição do Castelo de Soure, datada de 1508, que nos revela uma estrutura em bastante melhor estado de conservação, com vários compartimentos, pisos e lareiras, embora a Torre de Menagem já estivesse derrubada (cf. Isabel Morgado, *Soure, uma mui antiga terra da Estremadura*, Soure, 1996, p. 9).

³⁶ Vd. Mário Jorge Barroca, «Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho. I. Ajimezes, Gelosias e Modilhões de Rolo», *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 122-123; e Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 31-34.

³⁷ O acesso a Coimbra que passava pela Ladeia, mais interior, era defendido por outras fortificações, nomeadamente pelos castelos de Penela, Rabaçal e Miranda do Corvo. Sobre a passagem da via romana por Soure e sobre a sua importância na época romana, vd. Jorge

os primeiros testemunhos documentais conhecidos para Soure que revelam a presença de populações cristãs não são apenas posteriores a 1064. Já antes da reconquista definitiva de Coimbra se conhece a presença de moçárabes em Soure. Sabemos que nas primeiras décadas do Século XI aqui foi fundado um mosteiro, pelo presbítero João e seus irmãos Sesnando, Ordónio e Zalama, os mesmos que, em 4 de Setembro de 1043, decidiram doar essa estrutura ao Mosteiro da Vacariça (PMH, DC 327). Esta referência documental revela-se de particular importância para a compreensão e datação dos testemunhos mais antigos que se conservam no Castelo de Soure. Depois da reconquista definitiva pelas forças cristãs, na sequência da vitória de 1064, Soure seria objecto da atenção de D. Sesnando, o Alvazil a quem Fernando o Magno confiou o governo de Coimbra e de um vastíssimo território que ia desde Lamego e S. Martinho de Mouros até à foz do Douro, acompanhando o curso deste rio, e, a Sul, até onde as forças cristãs conseguissem alargar o seu domínio³⁸. Na realidade, a *Vida de S. Martinho de Soure*, um texto encomendado por D. Mendo Arias e redigido cerca de 1147-1150 por Salvado, monge de St^a Cruz, revela-nos que o Castelo de Soure teria sido erguido pelo Alvazil D. Sesnando no tempo de Afonso VI de Leão³⁹. Portanto, entre o ano de 1065, em que Afonso VI assume a coroa, e 1091, ano da morte de D. Sesnando – como nos revela a *Chronica Gothorum*⁴⁰. Esta primeira fase do Castelo de Soure (Fig. 1, Fase 1⁴¹) compreende uma estrutura de planta sub-rectangular, com porta relativamente ampla rasgada ao nível do rés-do-chão e com testemunhos de um «andar nobre» no primeiro piso. No rés-do-chão são visíveis quatro frestas rasgadas na parede Leste e uma na parede Sul, que conferem um perfil militar à estrutura. A observação da face interior dos muros desta primeira fase permite detectar os apoios do piso sobradado do primeiro andar. Na parede voltada a Oriente ainda se podem observar três ajimezes proto-românicos, com os arcos geminados ornamentados com friso de pontas de diamante. Na parede Sul, igualmente ao nível do primeiro andar, conserva-se entaipado um outro ajimez desse tipo, havendo referências a um segundo. Todos estes ajimezes, pela singela gramática decorativa (pontas de diamante), por apresentarem pequeno toro sublinhando a curvatura dos arcos geminados e pela tipologia dos pequenos capitéis dos mainéis centrais, podem ser estilisticamente atribuídos à segunda metade do Século XI, ou seja, à época de D. Sesnando. Os elementos de que dispomos revelam, portanto, que na primeira fase, o Castelo de Soure, erguido ou restaurado por D. Sesnando não longe da confluência do rio Anços com o Arunca, comportava um espaço sub-rectangular possivelmente sem torreões ou cubelos. Esta estrutura manter-se-ia inalterada até à segunda década do Século XII. Seria ainda ela que acolheria a Carta de Foral outorgada em Junho de 1111 pelo Conde D. Henrique e por D. Teresa (DMP, DR I, doc. 26; PMH, Leges, pp. 357-358). Este diploma revela-nos como a zona carecia de incentivos para cativar povoadores, ressentindo-se da sua situação de fronteira. Escassos cinco anos depois de receber o Foral, a povoação de Soure seria duramente afectada pelos eventos militares da Reconquista. Como já acima referimos, em 1116 os seus habitantes, ao tomarem conhecimento da aproximação do exército almorávida, preferiram

Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 89; e Jorge Alarcão, *Roman Portugal. Gazetteer*, vol. II, fasc. 2, Warminster, 1988, p. 98, nº 3/165. Sobre a Ladeia veja-se o marcante estudo de Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, 1939.

³⁸ Cf. PMH, DC 549, de 1077, onde D. Sesnando se intitula «*dono*» de toda a terra de Santa Maria e de Coimbra. Vd. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 27-29.

³⁹ Cf. PMH, Script., p. 60; *Livro Santo de Santa Cruz*, ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990, doc. 51, p. 176; Henrique Barrilaro Ruas, «A «Vida de Martinho de Soure» como fonte de História das instituições eclesiásticas», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, p. 237.

⁴⁰ PMH, Script., p. 10: «*Era MCXXVIII Octavo kal. Septembris obiit Alvazil Donnus Sisnandus.*» (ou seja, 25 de Agosto de 1091).

⁴¹ Agradecemos à Câmara Municipal de Soure a cedência da planta do Castelo de Soure, que nos permitiu realizar o tratamento gráfico das diversas fases, aqui apresentado.

destruir a vila e o Castelo, incendiando-os, a ter de capitular frente aos invasores⁴². A sorte de Miranda do Corvo e do Castelo de St^a Eulália (junto a Montemor-o-Velho), que foram conquistados e saqueados pelo exército almorávida⁴³, espelha bem a dimensão da incursão inimiga e ajuda a compreender a decisão drástica tomada pela população de Soure. Deste modo, embora não se conheçam notícias directas da passagem das forças almorávidas por Soure, a campanha militar de 1116 teve aqui profundas consequências, quer ao nível das estruturas defensivas quer ao nível do povoamento. Assim se compreende que em 3 de Novembro de 1122 D. Teresa tenha sentido necessidade de doar o castelo de Soure ao conde galego D. Fernão Peres de Trava: «... *Et aditio vobis pro servitio quod mihi fecistis et facietis illum castrum quod vocatur Saurium cum adjeccionibus suis per ubi illud melius potueritis invenire cum suis terminis antiquis ...*» (DMP, DR I, doc. 63; LP, doc. 560). Estávamos, então, num momento de viragem na história de Soure, conjugando-se esforços de diversas entidades para restaurar a vida quotidiana nessas paragens. Logo no ano seguinte, em 1123, temos notícia de que à frente do Castelo de Soure se encontrava D. Gonçalo Gonçalves (DMP, DP IV, doc. 379; LP, doc. 241), um nobre da região de Coimbra que já fora mordomo de D. Teresa em Viseu (1117-1123) e senhor da Terra de Lafões (1117-1122)⁴⁴. Por essa altura, o Bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pais, fazia doação da igreja de Soure aos cônegos e irmãos Martinho e Mendo Arias com a obrigação de estes procederem à reconstrução do templo, que permanecia destruído: «... *ad ecclesiam qui ibi jacebat destructa reedificandam ...*» (DMP, DP IV, doc. 379; LP, doc. 241, de 10 de Outubro de 1123). A iniciativa do Bispo de Coimbra ganha sentido se tivermos em atenção que a Sé de Coimbra foi, em 1094 (PMH, DC 813), a herdeira do património do Mosteiro da Vacariça, onde o Mosteiro de Soure se incorporara pela doação de 1043. É possível que o castelo de Soure tenha sido, por essa altura, objecto de alguma intervenção, mas não encontramos qualquer eco seguro dessas obras na documentação da época. E, por outro lado, a doação aos Templários, feita por D. Teresa em 19 de Março de 1128 (DMP, DR I, doc. 79), escassos seis anos depois da doação a Fernão Peres de Trava, decisão que seria de novo tomada por D. Afonso Henriques em 14 de Março de [1129-1130] (DMP, DR I, doc. 96), parece sugerir que o nobre galego terá manifestado pouco empenho no restauro do castelo de Soure. Deste modo, julgamos que há boas possibilidades de o primeiro restauro pós-sesnandino do Castelo de Soure ser já obra dos Templários e não de Fernão Peres de Trava. Isto é, de ser algo posterior a Março de 1128. Esta segunda fase de obras (Fig. 1, Fase 2) ganha particular sentido se tivermos em atenção o facto de Soure ter sido, a partir de então, a «casa-mãe» dos Templários no reino português, merecendo especial atenção dos freires. Esta intervenção compreendeu a construção de pelo menos duas torres, uma das quais continua a sobreviver nos nossos dias, parcialmente apoiada na espessura da muralha do castelo de D. Sesnando. Referimo-nos à torre que se ergue no ângulo Sudoeste das estruturas mediélicas. A esta deve ser associada uma outra torre, possivelmente de dimensões semelhantes, que se erguia em frente, no ângulo Sudeste do castelo, dando equilíbrio e simetria à planta, da qual hoje não restam mais do que vestígios na esteirectomia do muro Leste. O Castelo de Soure passou, portanto, a estar munido de duas torres de planta quadrada, flanqueando a parede Sul, a mais desprotegida, vol-

⁴² Sobre a ameaça de 1116 sobre Coimbra vd. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. III, pp. 131-134.

⁴³ Veja-se o registo analítico na *Chronica Gothorum*: «*Era MCLIV Castellum de Miranda a Sarracenis captum est, et magna cedet, et captivitas in christianis facta est. Era MCLIV Nonis Julii captum fuit castellum S. Eolalie a Sarracenis, quod est situm sub Monte Maiore, et captus fuit ibi Didacus cognomento Gallina, et magna captivitas christianorum inde translata est etiam ultra mare.*» (PMH, Script., p. 11). Dos efeitos destrutivos que a incursão almorávida de 1116 teve em Miranda do Corvo encontram-se ainda ecos num diploma de 1138 (LP, doc. 249).

⁴⁴ Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, pp. 185-186; Leontina Ventura in *Livro Santo de Santa Cruz*, Ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990, p. 13.

tada ao rio Anços. A torre sobrevivente, que apresenta o andar térreo maciço, tinha acesso garantido pelo primeiro andar do castelo, ou seja, pela cota do piso sobradado. A porta que se rasga a essa cota apresenta o lintel constituído por um ajimez moçárabe reaproveitado, da primeira metade do Séc. XI, ao qual foi eliminado o mainel central. No entanto, ainda são bem visíveis os vestígios da existência desse mainel. Este ajimez, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de sublinhar, é, pela sua iconografia, uma peça oriunda de uma estrutura religiosa e nunca poderia ter sido concebido para integrar um castelo⁴⁵. Efectivamente, ele apresentava ao centro (na face do mainel, hoje ausente) um *cantharus* litúrgico do qual saíam ramos de videira ondulantes e divergentes, de desenvolvimento simétrico, carregados com cachos de uvas. Ao eliminar-se o mainel central truncou-se parcialmente o motivo iconografado, perdendo-se o *cantharus*. Este aspecto revela-nos que quando se reaproveitou a peça na porta desta torre ela já perdera o seu significado simbólico, apenas compreensível no contexto de uma estrutura religiosa. O carácter sacro da iconografia deste ajimez é reforçado pela presença de duas *patenas crismalis*, representadas na vertical, uma em cada extremidade da peça. Deste modo, a reutilização do ajimez moçárabe de Soure apenas se compreende se ele estivesse avulso e abandonado no momento em que se empreendeu a construção da torre sudoeste do Castelo de Soure. A explicação parece ser clara: estamos perante um ajimez criado para o velho Mosteiro de Soure, fundado pelo presbítero João e seus irmãos em inícios do séc. XI e por eles doado, em 1043, ao Mosteiro da Vacariça. Esse mosteiro terá, certamente, sofrido ruína em 1116, quando Soure foi incendiada pelos seus habitantes, tendo desde então o ajimez ficado avulso. Seria, portanto, reaproveitado cerca de 1128 quando o Castelo de Soure recebeu os primeiros restauros. No entanto, não seria esta a derradeira reforma que o Castelo de Soure sofreria⁴⁶. Na realidade, no extremo oposto do castelo, encontramos outros testemunhos que denunciam uma reforma posterior, que deverá ser do terceiro quartel do Século XII ou até do derradeiro quartel desta centúria (Fig. 1, Fase 3). Referimo-nos à Torre de Menagem, uma construção de planta sub-rectangular erguida no topo Norte do Castelo. Esta construção é obra dos Templários e apresenta, como principal característica individualizadora, a presença do alambor, ou seja, trata-se de uma torre que possui a base reforçada por uma estrutura pétrica inclinada, em rampa⁴⁷. Esta solução arquitectónica confere

⁴⁵ Cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «Arte da Alta Idade Média», vol. II da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988, p. 43; vd. tb. Mário Jorge Barroca, «Contributo para o estudos dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolo», *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Sagração da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 122-123; e Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p. 33.

⁴⁶ A própria torre Sudoeste apresenta testemunhos de uma reforma posterior, dos fins do séc. XV ou inícios do séc. XVI, que lhe veio introduzir amplas janelas, sobre a qual, no entanto, não nos iremos deter aqui. Veja-se, por exemplo, Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, Lisboa, A.N.B.A., 1952, p. 217. Julgamos que ela poderá ser um dos resultados de obras realizadas neste castelo por D. Manuel I, e das quais se encontra eco nas Visitações da Ordem de Cristo quando os visitantes registam que o Castelo de Soure «... *estaa muy bem reformado e feitas nelle muitas benfeitorias que el rey nosso senhor mandou fazer ...*» – cf. Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos Artísticos*, Coimbra, 1979, p. 63.

⁴⁷ Luís de Mora-Figueroa define *alambor* como «... *talude exterior en la zona baja de las murallas y torres, para reforzalas, mantener a distancia a las maquinas de asalto, provocar el rebote de los proyectiles y reducir ángulos muertos ...*» (cf. Luís de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cadiz, 1995, p. 34). A palavra *alambor* designa, em português, o «*aumento de espessura na parte inferior de uma parede*» (cf. António de Morais Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*). Corresponde ao que André Châtelain designa como «*talus de base*» (cf. André Châtelain, *Chateaux Forts. Images de Pierre des Guerres Médiévales*, Paris, 1995, p. 77) e ao que alguns autores ingleses designam por *glacis*. Em português, para além de *alambor*, esta solução arquitectónica pode receber igualmente a designação de *jorramento*. A palavra *glacis*, usada pelos autores ingleses, parece ser menos indicada para, em português, designar esta solução arquitectónica uma vez que, entre nós, tal como entre os autores espanhóis e franceses, *glacis* é sinónimo de *espalto* ou *esplanada* (ou seja, do terreno que, com declive suave, se desenvolve para além da contra-escarpa de um fosso), adaptando-se sobretudo para trabalhos de fortificação moderna (cf., por exemplo, Luís de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cádiz, 1995, p. 101; António Lopes Pires Nunes, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História

a esta torre uma base alargada, mais estável e mais resistente, ao mesmo tempo que dificulta o assalto dos seus muros. Estes apenas assumem a vertical ao nível do primeiro andar. A solução do alambor, relativamente rara em Portugal, detecta-se hoje nesta torre apenas na sua face Leste (voltada ao largo onde se ergueu a Igreja de Nossa Senhora da Finisterra, parcialmente escavada pelos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro⁴⁸) e na face Sul (voltada ao espaço interior do Castelo), mas é provável que se alargasse igualmente às outras duas paredes da Torre. Como teremos oportunidade de demonstrar mais à frente, a utilização do alambor foi introduzida entre nós pelos Templários na segunda metade do Séc. XII.

A descrição do Castelo de Soure que se encontra no *Tombo da Villa de Soure*, uma obra redigida em 1508, revela-nos uma estrutura militar que, nesses inícios do Séc. XVI, ainda se preservava num relativo bom estado de conservação. No entanto, tratava-se já de uma estrutura esvaziada de valor militar ou estratégico, apesar de se preservar coroada com ameias. Por isso, significativamente, as obras de restauro realizadas por D. Manuel I ignoraram a Torre de Menagem, que estava em ruínas, e incidiram apenas sobre a zona do castelo adaptada a paço. As palavras de Fr. Francisco, o autor do Tombo, são elucidativas: «... *Dentro na dicta villa e junto da egreja de Nossa Senhora tem a hordem huum castello e apousentamento de casas nesta maneira: logo huum recebimento a que entram per huum portal grande com suas portas honde estaa huua escaada com seu mainel todo de pedraria bem obrado per que sobem a huua salla que tem huum boom portal de pedraria e huua janella d'assentos contra o levante e huua grande chaminee ao norte e junto della outra janella e contra o ponente tem huua cozinha terrea. Item. Na dicta salla tem huua escaada de madeira com seu mainel per que sobem pera estas cameras, duas oliveladas e huua encaniçada de dous sobrados com suas logeas per baixo e outra camera encaniçada que estaa sobre o portal principal da egreja de Nossa Senhora. Item. De fronte da dicta salla e cameras esta huua torre de menagem derribada de huua banda atee o meyo honde he entulhada e junto della huuas paredes doutra torre tambem entulhada. Item. Em huua das sobreditas cameras olivelladas estam duas janellas dasentos, huua ao sul e outra ao ponente e huua chaminee ao norte e outra camera tem outra chaminee asi contra o norte. Todas estas casas defundo acima estam muito bem repairadas de todo quanto lhes faz mester e todo quasi de novo feito aa custa d'el Rey nosso Senhor e som as ditas cameras ameadas arredor.*»⁴⁹.

Depois do Castelo de Soure, os Templários receberam das mãos de um particular – o cunhado de D. Afonso Henriques, D. Fernão Mendes de Bragança – três castelos: Penas Róias e Mogadouro, a Norte do Douro, e o castelo de Longroiva, a Sul deste Rio. A doação do Castelo de Longroiva foi assinada em 10 de Junho de 1145 e os outros dois castelos devem ter sido entregues sensivelmente por essa altura. Analisemos, sucintamente, os casos de Penas Róias e Longroiva.

O Castelo de Penas Róias apresentava um circuito amuralhado relativamente amplo, que Duarte d'Armas desenhou em 1509-1510 no seu *Livro das Fortalezas do Reino*⁵⁰. Hoje quase nada sobrevive dessa muralha, apenas se conservando (e em rela-

Militar, 1991, p. 98; Rafael Moreira e Miguel Sanches de Baena, «Glossário», in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, p. 327). Por isso entendemos que *glacis* é um galicismo que deve ser reservado para as fortificações modernas, e que a palavra *alambor* deve ser usada para designar a solução arquitectónica que encontramos em Soure.

⁴⁸ Cf. Artur Corte-Real, «Intervenção Arqueológica no Adro do Castelo de Soure. Notícia», *Locus*, vol. I, Coimbra, 1986, pp. 59-63. Segundo o Pe. António Nogueira Gonçalves, este templo teria sido erguido em 1138 – cf. Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IV, *Distrito de Coimbra*, Lisboa, A.N.B.A., 1952, p. 214.

⁴⁹ Cf. Isabel Morgado, *Soure, uma mui antiga terra da Estremadura*, Soure, C. M., 1996, p. 9.

⁵⁰ Sobre Penas Róias vd. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e António Maria Mourinho, «Pinturas esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro», *Arqueologia*, vol. 3, Porto, GEAP, 1981, pp. 43-48, onde se identificam pela primeira vez as pinturas pré-históricas do abrigo rupestre situado na encosta rochosa do castelo medieval. Vd. igualmente Duarte d'Armas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Inapa, 1990 (2ª ed., Lisboa, 1997).

tivo bom estado) a Torre de Menagem, erguida pelos Templários no mais alto afloramento rochoso. No lintel da porta de acesso a esta Torre de Menagem foi gravada uma inscrição, de difícil leitura, para a qual o Abade de Baçal já havia proposto uma interpretação, atribuindo a obra ao ano de 1166⁵¹. Segundo a nossa proposta de leitura dessa epígrafe, a construção da Torre de Menagem de Penas Róias seria do ano de 1172:

InCIPIUnT . FUnDAMenTO . CASTE / LLO . DE PENA ROIAS . [...] MENSE (?) / Era . M^a . CC^a . X^a . [...] TE(m)PoRE . REGE / [Alfonso] ...⁵².

A Torre de Menagem de Penas Róias, erguida possivelmente em 1172, apresenta os seus muros verticais desde os alicerces, não optando pelo alambor, o que talvez se explique pelo facto de estarmos, aqui, bastante arredados da fronteira da Reconquista. A data sugerida pela epígrafe de Penas Róias revela-nos que esta torre é muito posterior à entrada do Castelo na posse dos Templários, e também aqui temos dificuldade em identificar, com base segura, vestígios coevos desses primeiros tempos. Como referimos na primeira parte do nosso estudo, vinte e cinco anos depois de erguerem esta Torre de Menagem, os Templários receberam de D. Sancho I Idanha-a-Velha com seus termos, pelos serviços prestados pela Ordem à Coroa e pela cedência dos castelos de Mogadouro e Penas Róias (DS, doc. 100, de 23 de Janeiro de 1197). A doação foi feita pelo monarca ao sucessor de D. Gualdim Pais, D. Lopo Fernandes, e seria completada dois anos mais tarde, em 5 de Julho de 1199, com novo acordo sobre a posse das Igrejas de Penas Róias e Mogadouro (DS, doc. 117)⁵³.

O Castelo de Longroiva, doado aos Templários em 1145, é um dos dez castelos referidos por D. Flamula Rodrigues na célebre doação de 960, feita ao Mosteiro de Guimarães, quando esta senhora, sobrinha de D. Mumadona Dias, entregou a esse cenóbio «... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa Strematura ...*»⁵⁴. É possível que estes castelos tivessem sido edificadas pelo pai de D. Flamula, D. Rodrigo Tedones, no quadro do esforço de Ramiro II para repovoar terras a Sul do Douro depois da vitória de Simancas (939), e que tivessem chegado à posse desta senhora por meio de herança. Assim, o diploma de 960 não nos garante que o Castelo de Longroiva tivesse sido erguido por D. Flamula. Mas garante-nos que já existia em 960, o que é um dado relevante, e que já era uma estrutura suficientemente importante para ser individualizado, livrando-se do esquecimento, ao contrário do que aconteceu com as *penellas* e as *populaturas*. No entanto, e infelizmente, não conhecemos em Longroiva vestígios militares que possam ser associados a esses recuados tempos, como acontece por exemplo com a torre moçárabe de Trancoso. Os únicos vestígios que podemos associar ao séc. X ou XI, e que nos confirmam o povoamento da zona, são as sepulturas escavadas na

⁵¹ Cf. Francisco Manuel Alves, «O Castelo de Penas Róias fundado pelos Templários nos inícios da Nacionalidade Portuguesa», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), Ciclo da Restauração de Portugal, vol. III, Lisboa, 1940, p. 58.

⁵² Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 142, pp. 314-315. Em [Maio-Junho de 1187] D. Sancho I outorgou Foral ao «... *concilio de castro Pena Rubea ...*» (DS, nº 23).

⁵³ Sobre a transferência do senhorio das Igrejas de Penas Róias e Mogadouro dos Templários para o monarca, e sobre os ditos que os Templários cobravam e que D. Sancho I entregou ao Arcebispo de Braga, veja-se, ainda, a Bula *Cum a Nobis*, do Papa Inocêncio III (cf. Joaquim Santos Abranches, *Fontes do Direito Ecclesiástico Portuguez. I. Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, 1895, p. 263, nº 1778).

⁵⁴ Cf. PMH, DC 81; VMH, doc. 11. Sobre a identificação destes castelos, os vestígios sobreviventes e a importância da referência documental de 960, vd. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 15-21. Sobre o Castelo de Longroiva vd. Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 227-228; Adriano Vasco Rodrigues, *Terras de Meda. Natureza e Cultura*, Meda, 1983, pp. 112-119.

rocha criadas nos afloramentos vizinhos do castelo. O percurso do Castelo de Longroiva é relativamente bem conhecido. Tal como os seus vizinhos, este castelo caiu de novo em poder das forças muçulmanas com as campanhas de al-Mansur – ou na campanha de 987, que teve a Beira como palco, ou na campanha de 997, quando os exércitos muçulmanos atravessaram a Beira e se dirigiram a Santiago de Compostela. Durante mais de meio século Longroiva ficaria na posse das forças muçulmanas, tendo sido reconquistada definitivamente em 1055-1058 com a Campanha das Beiras, organizada por Fernando o Magno, uma campanha militar que levou à incorporação de Seia, Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu, e que anunciou e preparou a reconquista definitiva de Coimbra. Depois de concluída a campanha, Fernando o Magno deve ter devolvido os bens ao Mosteiro de Guimarães pois logo em 1059 voltamos a encontrar a referência destes castelos no inventário de bens do mosteiro vimaranense (PMH, DC 420; VMH, doc. 45). Menos clara se afigura a forma como o Castelo de Longroiva chegou às mãos de D. Fernão Mendes de Bragança, que o entregou em 1145 à Ordem do Templo, quando esta ainda era governada por D. Hugo de Martónio. O Castelo de Longroiva apresenta uma planta trapezoidal, com quatro lados e uma única entrada, rasgada a meio da face menor do pequeno circuito muralhado. Parte desta muralha é relativamente antiga, podendo já existir quando os Templários tomaram posse do castelo, em 1145. Durante quase trinta anos os Templários parecem ter preservado a estrutura primitiva, e apenas em 1174 seria introduzida uma mudança significativa neste castelo. Nesse ano de 1174 D. Gualdim Pais construiu a Torre de Menagem que ali podemos ver, assinalando o facto com uma inscrição:

[in e]RA : M CC : XII : MAGISTER GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALENSIUM . MILITUM .
TEmplI . REGNA[nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) CUM . MILITIBUS . SUIS .
EDIFICAVIT HANC . TURRIS⁵⁵.

A Torre de Menagem de Longroiva, erguida por D. Gualdim Pais em 1174, não apresenta qualquer sintoma de uso do alambor mas, em contrapartida, é um dos mais claros exemplos que conhecemos em Portugal da utilização da *hurdício*. A *hurdício* (do francês *hourd*) era uma galeria de madeira que se construía na parte alta dos muros de estruturas militares turriformes, próximo do coroamento de ameias, mas no exterior dos muros, ou seja, permitindo tiro vertical sobre a base dos muros. Tratando-se de uma galeria construída em madeira, a presença da *hurdício* apenas pode ser identificada pela existência dos orifícios para o seu apoio, uma vez que a estrutura em madeira desapareceu com o tempo. É o que acontece com o caso de Longroiva, onde a existência desta solução – inovadora para a época – apenas se detecta pela existência de uma série de pequenos encaixes quadrangulares no alto da torre, afastados por espaços regulares. O caso de Longroiva, de 1174, é, como referimos, um dos raros exemplos que conhecemos entre nós desta solução e o mais precoce de todos. Outro exemplo de uso da *hurdício* em Portugal encontra-se na Torre de Menagem do Castelo de Guimarães, mas trata-se de um exemplo quase um século mais tardio que o de Longroiva⁵⁶.

Depois da doação de Longroiva, em 1145, e seguindo uma abordagem cronológica dos castelos dos Templários, devemos regressar ao território de Soure, dentro de cujo termo os Freires viriam a desenvolver três polos de povoamento importantes: Ega, Redinha e Pombal. No que se refere a Redinha, D. Gualdim Pais outorgou-lhe carta de Foral em 1159 (PMH, Leges, p. 386). No entanto, não sabemos se alguma vez esta povoação foi munida de castelo. Já o mesmo não aconteceu com Ega, um

⁵⁵ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 148, pp. 324-326.

⁵⁶ Vd. Mário Jorge Barroca, «O Castelo de Guimarães», *Patrimonia*, nº 1, Cascais, Outubro de 1996, pp. 17-28, sobretudo pp. 23-24.

pouco a Norte de Soure, que teve a sua estrutura castelar erguida no morro onde hoje se encontra o Paço Manuelino. Apesar de pouco restar desta fortificação, são bem evidentes no local as alterações topográficas resultantes da presença desta estrutura militar. Parte dos abruptos desníveis que se detectam na subida para o Paço devem ser resultado da presença de muralhas, hoje encobertas. É possível que o facto de Ega ter recebido castelo, ao contrário do que aconteceu com Redinha, esteja de alguma forma relacionado com o facto de os Templários se terem instalado em Ega antes de o terem feito em Redinha e em Pombal. Na realidade, e apesar de o presbítero Cipriano declarar, numa Inquirição de 1184-85, que se lembrava de os Templários terem povoado as três localidades – Ega, Redinha e Pombal – uns 8 anos depois da conquista de Santarém e Lisboa, ou seja cerca de 1155, com aparente simultaneidade, sabemos que a presença dos Freires do Templo em Ega foi anterior a esse ano e até mesmo anterior à conquista de Santarém e Lisboa. Efectivamente, Rui de Azevedo documenta os Templários em Ega já em 1145, recebendo heranças e adquirindo terras cultivadas⁵⁷. Assim, tratando-se de um segundo polo importante de povoamento, logo depois de Soure, é natural que os Templários tenham erguido, na década de 40 do Séc. XII, um pequeno castelo em Ega. Dado o seu estado de conservação, este, infelizmente, poucos elementos nos poderá facultar.

Dentro do território de Soure resta abordar o exemplo de Pombal. O Castelo de Pombal, como já tivemos oportunidade de referir, começou a ser erguido em 1156, sendo possivelmente uma das primeiras iniciativas de D. Gualdim Pais à frente da Ordem do Templo⁵⁸. O castelo que foi construído em Pombal depois de 1156 era constituído por uma muralha relativamente ampla, flanqueada por nove torreões predominantemente de planta rectangular (Fig. 2). Sublinhemos que todas as inflexões de itinerário da muralha são assinaladas pela presença de um torreão e que os troços de muro demasiado prolongados são ritmados e interrompidos igualmente por torreões, separados por distâncias médias da ordem dos 10 metros (com valores extremos entre os 8 e os 16 metros). Todos estes aspectos reflectem a notável concepção que presidiu à construção desta fortaleza, sem dúvida invulgar para a época e para o panorama nacional, recordando alguns paralelos nomeadamente dentro das fortalezas almorávidas, também elas com perímetros poligonais irregulares e sistematicamente flanqueadas por torreões. No interior do castelo de Pombal erguiam-se diversas construções destinadas aos Freires, as quais comportavam um pequeno templo – a Igreja de S. Miguel, de que ainda sobrevivem vestígios da ábside e um capitel românico avulso⁵⁹ – e uns paços destinados ao Mestre da Ordem. Destes ainda encontramos ecos na Carta de Procuração do Concelho de Pombal às Cortes de 1383, que foi passada «... dentro do Castelo da dicta vila [de Pombal] nos Paaços umde pousa o Meestre de Christos ...»⁶⁰. É possível que este primeiro castelo fosse desprovido de Torre de Menagem. Na realidade, não conhecemos qualquer vestígio seguro da existência de uma torre de menagem coeva da construção de 1156. A Torre de Menagem que actualmente se pode admirar no pátio do Castelo de Pombal (Fig. 7) foi apenas erguida em 1171, conforme se pode deduzir a partir de uma inscrição que foi retirada para o Convento de Cristo por ordem do Infante D. Henrique⁶¹. A Torre de Menagem

⁵⁷ Cf. Rui de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 24.

⁵⁸ Sobre o Castelo de Pombal veja-se «Castelo de Pombal», *Boletim da D.G.E.M.N.*, vol. 21, Porto, 1940; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 139-146.

⁵⁹ Cf. Manuel Luís Real, «Perspectivas sobre a Flora Românica da «Escola» Lisbonense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo», *Sintria*, vol. III, Sintra, 1982-83, p. 551.

⁶⁰ Cf. Cortes de D. Fernando, p. 269.

⁶¹ Sobre o conteúdo desta inscrição e sobre a sua deslocação para Tomar, vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 136, pp. 292-301.

erguida em 1171 em Pombal tem duas particularidades dignas de nota. A primeira diz respeito aos dois contrafortes que cintam a fachada principal da torre, voltada ao pátio. Estes contrafortes, que ajudam a conferir um perfil *sui generis* a esta torre, parecendo ser muito larga e pouco alta, reflectem os problemas construtivos com que os Freires se debateram, nomeadamente ao nível da estabilidade. No entanto, se nos abstrairmos deste pormenor, verificamos que as proporções da Torre de Menagem de Pombal são semelhantes às de tantas outras torres de menagem do nosso Século XII. A segunda característica digna de nota é, uma vez mais, a presença do alambor. A Torre de Menagem de Pombal apresenta uma base inclinada, em rampa, que lhe confere uma maior estabilidade e resistência aos trabalhos de sapa e ao uso de projecteis, ao mesmo tempo que dificulta o escalamento dos muros. A presença do alambor detecta-se nas quatro faces da Torre de Menagem, embora seja menos perceptível na face principal em virtude da presença dos já referidos contrafortes. A construção da Torre de Menagem de Pombal, erguida nas proximidades da porta de entrada do castelo, completando a sua defesa, foi acompanhada por uma reformulação do sistema defensivo no acesso ao interior da fortificação. Significativamente, também nesta reforma da muralha exterior seria utilizado o alambor, que se detecta no pano de muralha que se desenvolve à esquerda da porta de entrada⁶². Por essa altura acrescentou-se, em frente a esta porta, um corpo defensivo mais baixo, à maneira de barbacã de porta, munido com seteiras estribadas, o que denuncia uma vez mais a modernidade e inovação de que se revestiu esta intervenção em Pombal. Deste modo, o castelo de Pombal é o segundo exemplo aqui focado de um castelo ligado aos Templários que se socorre do alambor⁶³. No entanto, também não foi em Pombal que os Templários ensaiaram pela primeira vez a solução do alambor. A cronologia desta torre – 1171 – revela que ela é sensivelmente coeva do exemplo de Soure e que houve, em relação a ambos, uma estrutura militar onde o alambor foi ensaiado anteriormente.

A conclusão da construção da primeira fase do Castelo de Pombal deve ter coincido sensivelmente com um dos momentos cimeiros do trajecto da Ordem do Templo. Referimo-nos, como é óbvio, à doação de Ceras, em Fevereiro de 1159, na sequência do acordo sobre o Eclesiástico de Santarém, e à decisão histórica de erguer o Castelo de Tomar, tomada por D. Gualdim Pais em 1 de Março de 1160, conforme o atesta a inscrição da Torre de Menagem do referido Castelo⁶⁴. O Castelo de Tomar é uma estrutura muito rica em lições para a compreensão da nossa arquitectura militar mas que tem sido bastante mal aproveitada. Não interessa para os nossos propósitos desenvolver muito as origens de Tomar. Bastará sublinhar que importa distinguir duas áreas: a da actual cidade de Tomar, implantada em zona de cota baixa, fruto do desenvolvimento do mediévico arrabalde da Corredoura, e a área do castelo medieval, no alto do monte. A primeira zona revela uma ocupação bastante antiga, desde a Pré-

⁶² Sublinhemos que este é o único local onde a muralha externa do castelo de Pombal apresenta alambor.

⁶³ Não podemos, por isso, subscrever as palavras de Gustavo de Matos Sequeira que, a propósito de Pombal, escreveu que o castelo «... não possui qualquer marcante característica de fortaleza medieval, limitando-se a interessar como recordação histórica e como nota pitoresca local ...» (in *Inventário Artístico de Portugal*, vol. V, *Distrito de Leiria*, Lisboa, A.N.B.A., 1955, p. 106). Ele é, pelo contrário, um precioso testemunho da arquitectura militar templária e do seu vanguardismo.

⁶⁴ Bastantes autores abordaram, nos seus estudos, o Castelo de Tomar. Salientemos, entre outros, Inácio de Vilhena Barbosa, «Thomar. O Castello dos Templários e Convento da Ordem de Christo», *Archivo Pittoresco*, Ano X, Lisboa, 1867, pp. 185-187; José António dos Santos, *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar*, Lisboa, 1879, pp. 27-53 e 133-141; Vieira Guimarães, *A Ordem de Cristo*, Lisboa, 1901, pp. 14-20; Vieira Guimarães, *Thomar*, Porto, Litografia Nacional, 1929, pp. 35-37; Francisco Augusto Garcês Teixeira, *Tomar*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1929, pp. 5-7; Francisco Soares de Lacerda Machado, *O Castelo dos Templários (Origem da Cidade de Tomar)*, Tomar, 1936; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 161-166; Amorim Rosa, *História de Tomar*, vol. I, Tomar, 2ª Ed., Fac-similada, 1988, pp. 44-45; José Augusto França, *Tomar*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 49-53; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O Espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 68-73. Outra bibliografia será referida mais adiante.

-História à *Sellium romana*⁶⁵, mantendo algum dinamismo na Alta Idade Média⁶⁶, mas viria a sofrer bastante com a invasão muçulmana e os tempos que se seguiram. Nas vésperas de 1159 o povoamento desta zona devia ser muito deficiente e rarefeito a ponto de não haver dele ecos na documentação da época. Isto apesar de a região de Tomar já se encontrar na posse das forças cristãs em 1135, quando D. Afonso Henriques decidiu fundar o Castelo de Leiria, a meio caminho entre Santarém e Coimbra. O segundo núcleo de povoamento – a zona do castelo dos Templários – foi uma criação integralmente medieval, um estabelecimento humano criado de raiz que começou a ser erguido em 1 de Março de 1160, quando D. Gualdim Pais e os seus Freires decidiram investir ali o seu esforço construtivo, abandonando definitivamente a ideia de reconstruir o velho e arruinado castelo de Ceras, que lhes fora doado em Fevereiro de 1159 com amplo território.

O Castelo de Tomar foi, desde início, concebido para albergar a «sede» militar da Ordem em Portugal e, por isso, a sua arquitectura militar deve ter sido particularmente cuidada, tanto mais que a zona escolhida era espaço de fronteira. A sua construção foi, igualmente, desde início concebida segundo um modelo de fortificações típico do Sul, com *Alcáçova* e *Almedina*, muito distante do conceito de castelo do Norte cristão, a pequena estrutura muralhada com pátio de dimensões exíguas. Seguiu-se, assim, um modelo bastante distinto do que os Templários tinham até então ensaiado – em Soure, em Penas Róias, em Mogadouro, em Longroiva, em Ega, e até mesmo em Pombal – onde encontramos estruturas que obedecem ou se aproximam do conceito românico de castelo cristão, típico do Norte Senhorial. Na realidade, a fortaleza de Tomar apresentava, na conclusão da sua fase inicial, três grandes espaços, compartimentados por muros que os transformavam em organismos autónomos: a Alcáçova, o Pátio e a Almedina (Fig. 3).

A Alcáçova, reservada à Ordem, ocupa a zona do monte com cotas mais elevadas, entre os 126 e os 119 metros, abrangendo uma área de cerca de 0,6 hectares⁶⁷. Esta zona apresentava dois polos de forte poder simbólico, coroando os dois promontórios mais elevados: o Castelo, na colina Leste (cota de 126,6 metros), e a Charola românica, na colina Ocidental (cota de 124 metros). Ou seja, poderíamos dizer que a Alcáçova Templária se estendia entre um polo militar e um polo religioso. O acesso à Alcáçova era feito a partir do Pátio central do castelo, onde se rasgava uma porta. É possível que, à boa maneira românica, a Alcáçova estivesse munida de pequena porta da traição, aberta na muralha Leste, não muito distante da Charola, conforme Lacerda Machado registou. Das instalações da Ordem do Templo que se erguiam na Alcáçova não restam hoje vestígios significativos⁶⁸. O acesso ao Castelo propriamente dito – uma pequena estrutura amuralhada, de reduzidas dimensões, com pátio com planta em forma de escudo e com Torre de Menagem – era facultado a partir da Alcáçova. O

⁶⁵ Uma síntese recente sobre os antecedentes de Tomar encontra-se em Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 28-38.

⁶⁶ *Sellio* é uma das paróquias do Paroquial Suevo dos meados do Séc. VI, a mais meridional das que integravam a diocese de Coimbra – cf., entre outros, Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e Siècle*, Lisboa, 1947, pp. 36 e 78.

⁶⁷ Os valores das áreas que aqui referimos foram apresentados por Manuel Sílvio Alves Conde in «Tomar», *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990, p. 73, e, com pequenas variantes, in *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 68-70.

⁶⁸ Na primeira metade do Séc. XV, durante o mestrado do Infante D. Henrique, foram aqui construídos diversos espaços, nomeadamente os Paços Mestrais (ou do Infante, hoje em ruína), o Claustro do Cemitério (com traço da autoria de Fernão Gonçalves), o Claustro da Lavagem e a Capela de S. Jorge (ou Sacristia Velha, erguida em 1426 por doação dos Amos do Infante D. Henrique, D. Vasco Gonçalves de Almeida e D. Mécia Lourenço). Nos Paços Mestrais viria a falecer D. Duarte, em 1438, o que nos revela que nesse ano deviam estar concluídos. Aqui mesmo seria coroado D. Afonso V, e aqui representou Gil Vicente, pela primeira vez, a *Farsa de Inês Pereira*, em 1523, perante D. João III. Neles residiu a rainha viúva D. Catarina, sendo por isso igualmente conhecidos como Paços da Rainha. Todas estas construções, erguidas em torno do segundo quartel do Séc. XV, ditaram uma profunda remodelação do espaço da Alcáçova, eliminando os vestígios que ainda eventualmente existissem das estruturas dos Templários.

Castelo assumia-se, assim, como o reduto final de todo o conjunto amuralhado, sendo a Torre de Menagem o espaço mais difícil de alcançar. Deste modo, a Torre de Menagem *comandava* todo o sistema defensivo, possibilitando tiro para os restantes espaços amuralhados e controlando o acesso principal.

Ao lado da Alcáçova desenvolvia-se o Pátio central, espaço a que se acedia a partir da Porta do Sol e que se estendia até à Charola. A Leste, a sua muralha ia desde o Castelo até à Torre do Relógio, também conhecida como Torre de D. Catarina ou da Rainha. A Ocidente ia desde a Charola até ao primeiro torreão a Sul desta. O seu espaço desenvolvia-se comprimido entre a Alcáçova Templária e a Almedina civil, comunicando com cada uma destas zonas por meio de portas. Tratava-se de uma ampla área que poucas construções deve ter recebido ao longo da Idade Média e que estava vocacionada para albergar as populações dos territórios limítrofes em caso de ameaça ou cerco. Conhecemos o aspecto deste Pátio nos fins da Baixa Idade Média graças à célebre iluminura da portada do Livro 4 da Estremadura, da Leitura Nova, que Garcês Teixeira estudou monograficamente⁶⁹.

Por fim, a Almedina, ocupando o espaço com cotas mais baixas, entre os 102 e os 120 metros, era defendida por uma muralha que, acompanhando as curvas de nível e adaptando-se a estas de forma sábia, delimita uma área com cerca de 1,6 hectares. A Almedina confronta a Norte com o Pátio, com o qual tinha comunicação por pequena porta que se preserva hoje entaipada. A sua muralha exterior arranca na chamada Torre do Relógio, de D. Catarina ou da Rainha (designação hodierna que se reporta à viúva de D. João III), seguindo para Ocidente até à Torre da Condessa, uma grande torre de planta circular, que denuncia uma assinalável modernidade no panorama da arquitectura militar portuguesa da época. Entre estas duas estruturas – Torre do Relógio e Torre da Condessa – a muralha apresenta uma porta de comunicação com o exterior implantada junto de uma inflexão dos seus muros. Trata-se da Porta da Almedina ou Porta do Sangue, como ficou conhecida na sequência do cerco almohada de 1190, uma porta defendida por duas torres de planta quadrada. A implantação da Porta neste local revela-se particularmente feliz já que, para além do tiro flanqueado que podia ser feito a partir das torres que enquadram a Porta, era igualmente possível fazer tiro a partir do pano de muralha que seguia até à Torre do Relógio, circunstância que melhora consideravelmente as condições de defesa da Porta do Sangue. Houve, portanto, um sábio aproveitamento das condições topográficas para se criar um organismo com condições privilegiadas de defesa. Depois da Torre da Condessa a muralha inflectia para Norte, subindo o monte e dirigindo-se para a Charola.

O povoamento da Almedina seria objecto de incentivos logo em Novembro de 1162, quando D. Gualdim Pais outorgou o Foral de Tomar (PMH, Leges, p. 388-389). A concessão deste diploma, escassos dois anos e meio depois de ter iniciado a construção do castelo de Tomar, revela-nos que esta zona deveria estar já em condições de receber os seus primeiros habitantes civis, se é que não os possuía já. E, uma década mais tarde, a documentação conhecida espelha o sucesso dos esforços de povoamento. Na realidade, já então existiam casas dentro da Almedina do castelo de Tomar: em 1172 D. Justa fazia doação aos Templários da sua casa que se erguia «... *intus Castellum de Tomar iuxta murum* ...»⁷⁰. Esta zona da Almedina devia possuir arruamentos, mas destes e das diversas construções que aqui se ergueram não restam vestígios seguros, destruídos a partir dos fins do Séc. XV quando D. Manuel

⁶⁹ Cf. Francisco Augusto Garcês Teixeira, *Uma Iluminura do Século XVI*, vol. V das *Contribuições para a História da Arte em Portugal*, Lisboa, 1925. Encontra-se reproduzida, por exemplo, em Martim de Albuquerque, *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*, Lisboa, Ed. Inapa, 1990, p. 235.

⁷⁰ Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 42, nota 49.

I ordenou a transferência do povoado para o arrabalde da Corredoura, no sopé do monte, por forma a reservar todo o espaço amuralhado para o Convento de Cristo⁷¹.

Desde uma época relativamente recuada, o conjunto fortificado de Tomar conheceu dois arrabaldes. Um deles, o chamado arrabalde de S. Martinho, desenvolvia-se no alto do monte, a Ocidente da muralha e da Charola, e foi, à semelhança do que aconteceu com a Almedina, sacrificado com a expansão e multiplicação dos espaços religiosos nos inícios da Época Moderna, um fenómeno que acompanhou o processo de conventualização da Ordem de Cristo. O segundo arrabalde, o da Corredoura, localizava-se no sopé do monte, onde hoje se ergue o núcleo mais antigo da cidade de Tomar, em torno da Praça de S. João, aproveitando as condições topográficas mais favoráveis e ocupando o vale fértil. Este arrabalde, com claros sintomas de urbanismo criado⁷², encontra-se documentado desde pelo menos desde 1178⁷³ e beneficiou da transferência dos habitantes do arrabalde de S. Martinho e da Almedina do Castelo de Tomar, tendo assim adquirido novo dinamismo demográfico e urbano com os alvares da Época Moderna.

A estrutura militar erguida pelos Templários em Tomar reveste-se de notáveis características, das quais gostaríamos de sublinhar dois aspectos inovadores de crucial importância para a arquitectura militar portuguesa. O primeiro deles diz respeito à Torre de Menagem do Castelo de Tomar. É nela que se encontra a inscrição que assinala a fundação do Castelo em 1 de Março de 1160, gravada no lintel da porta:

IN : Era : M^a : C^a : LX^ª : VIII : REGNANTE : ALFONSO : ILLUSTRISSIMO : REGE : PORTUGALIS : DOMNUS : GALDINUS : MAGISTER : PORTUGALENSIUM : MILITUM : TEMPLI : CUM : FRATRIBUS : SU(i)S : PRIMO : DIE : MARCII : CEPIT : HEDIFICARE : HOC : CASTELUM : NOMINE : THOMAR : QUOD : PREFATUS : REX : OBTULIT : D[eo et Militibus Templi]⁷⁴.

A Torre de Menagem do Castelo de Tomar é, desta forma, a mais antiga Torre de Menagem que conhecemos em Portugal com elementos de datação seguros e precisos. Este acontecimento é, por si só, de singular importância. Na realidade, a maioria dos castelos portugueses da primeira metade do Séc. XII não devia possuir Torre de Menagem, na verdadeira acepção da expressão, embora pudessem possuir construções turriformes, o que é uma situação distinta. Na realidade, uma Torre de Menagem não é uma simples torre, mesmo que apresente dimensões mais amplas que as de um torreão ou cubelo. No Séc. XII uma Torre de Menagem é uma construção com personalidade própria, que desempenha funções bem definidas dentro da orgânica defensiva de um castelo, no contexto de um conceito de «defesa passiva». Ergue-se isolada dentro do pátio da fortificação, sem contacto directo com o adarve das suas muralhas, e o acesso ao seu interior é assegurado por escada móvel, de madeira, que pode ser recolhida em caso de ameaça. Uma Torre de Menagem é, ainda, a estrutura que assegura o *comando* de todas as partes do castelo, ou seja, a partir da qual é possível fazer tiro sobre os diferentes recintos do castelo, que se desenvolvem todos, obviamente, a

⁷¹ Cf. Manuel Sílvia Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 72.

⁷² Não foi apenas em Tomar que os Templários fomentaram fenómenos de urbanismo criado, e em épocas relativamente precoces. Saúl António Gomes realçou a presença de sintomas de urbanismo planeado em Soure, Pombal e Castelo Branco (in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando L. Carvalho Homem (Dir. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1996, p. 396), aos quais acrescentaríamos o exemplo de Nisa – a nova – também devido aos Templários, algo mais tardio e com uma conjuntura peculiar que justifica a adopção de uma planta ainda mais geometrizada.

⁷³ Cf. Manuel Sílvia Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 84.

⁷⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 104, pp. 230-234, onde se podem encontrar outras referências bibliográficas a esta inscrição.

cotas inferiores⁷⁵. Por ser a estrutura que preside a todo o mecanismo defensivo, que o comanda, portanto a última a ser conquistada, não é de estranhar que tenha sido a eleita para albergar as estruturas residenciais do *Tenens* do castelo⁷⁶. Ela passou, portanto, a carregar desde muito cedo um profundo simbolismo senhorial. Com esta concepção multifacetada, a Torre de Menagem é uma inovação do castelo românico e, como já tivemos oportunidade de sugerir em outros estudos, é possível que a sua introdução no panorama nacional tenha sido iniciativa dos Templários⁷⁷. Na realidade, os mais remotos exemplos de Torres de Menagem portuguesas que oferecem elementos seguros de datação, já que estão datados por inscrições, pertencem a esta Ordem Militar: Tomar (1160), Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172), Longroiva (1174). Acrescentemos a este aspecto cronológico outro de não menos importância: o facto de a construção destas torres ter merecido a D. Gualdim Pais a memorização por meio de epígrafes. Na realidade, se a construção de Torres de Menagem fosse comum em Portugal certamente que o Mestre dos Templários não teria tido a preocupação de colocar inscrições assinalando o seu protagonismo nessas construções. Pelo contrário, a presença sistemática de inscrições revela o lado de excepcional destas construções na sua época, o que conferia um prestígio acrescido a D. Gualdim Pais. Não podemos, nem pretendemos, garantir em absoluto que a Torre de Menagem surgiu em Portugal pela mão de D. Gualdim Pais ou dos Templários. Na realidade, é possível que os casos mais precoces possam remontar à primeira metade do séc. XII. Mas não podemos deixar de sublinhar que, por exemplo, o Castelo de Soure nas suas Fases 1 e 2 (respectivamente de iniciativa de D. Senando, segunda metade do Séc. XI, e de D. Fernão Peres de Trava ou dos Templários, c. 1122-1128), ignorou a Torre de Menagem, e que esta apenas surgiu com a Fase 3, dos meados da segunda metade do Séc. XII. De resto, apesar de aceitarmos a possibilidade de haver alguma Torre de Menagem da primeira metade do Séc. XII, devemos confessar que não conhecemos nenhum exemplo seguro e claramente datado. Se, como referimos, é difícil, no estado actual dos nossos conhecimentos, garantir que os Templários foram os protagonistas da introdução da Torre de Menagem em Portugal (embora esta hipótese não seja de todo impossível), parece-nos seguro que a difusão desta construção pelas estruturas castelares do reino lhes ficou a dever muito.

A Torre de Menagem de Tomar, com uma altura de c. 20 metros, é uma construção de planta rectangular, com andar térreo fechado e acesso garantido a partir de porta rasgada ao nível do primeiro andar. A Torre de Menagem de Tomar apresenta muros verticais até à base, sem alambor, e possui rés-do-chão e três andares, todos estes abobadados, sendo coroada por terraço com caminho de ronda. Na sua construção reutilizaram-se numerosos materiais, nomeadamente provenientes de ruínas romanas e de templos visigóticos ou moçárabes, reflectindo a necessidade de se imprimir um ritmo de construção acelerado. A parte superior da Torre de Menagem, nos seus últimos 5 metros, apresenta um aparelho de construção de pedra miúda e irregular, muito distinto do que é utilizado nos níveis inferiores, onde os silhares calcários apresentam formas mais regulares e dimensões mais apreciáveis. Esta primeira fase, que se desenvolve nos primeiros 15 metros da torre, é a que deve ser atribuída aos Templários e a cerca de 1160. A segunda fase, que coroa a Torre de Menagem dos Templários, resulta de uma reconstrução tardia, executada nas derradeiras déca-

⁷⁵ Sobre o conceito de «comando» na arquitectura militar veja-se, por exemplo, André Châtelain, *Chateaux Forts. Images de pierre des guerres médiévales*, Paris, 1995, p. 66.

⁷⁶ De resto, os *donjons* franceses do séc. XI, do Vale do Loire ou do Noroeste da França, que se podem incluir dentro dos primeiros exemplos de torres de menagem, surgem precisamente por via da dimensão residencial ou senhorial. Vd. André Châtelain, *Donjons Romains des Pays d'Ouest. Étude comparative sur les donjons romans quadrangulaires de la France de l'Ouest*, Paris, Ed. A. & J. Picard, 1973.

⁷⁷ Cf. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 62-64; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 362-365.

das do Século XV, quando se adaptaram as seteiras do seu adarve à pirobalística, o que nos leva a supor que será, muito provavelmente, contemporânea do reinado de D. João II ou de D. Manuel I. Foi também nesta altura que se rasgou a segunda porta na Torre de Menagem, permitindo a comunicação com as construções que, entretanto, se ergueram no pátio do Castelo.

O segundo aspecto inovador que os Templários introduziram em Tomar foi o uso do alambor. Já registamos a presença desta solução arquitectónica na base das Torres de Menagem de Soure e de Pombal, a primeira dos meados da segunda metade do Séc. XII, a segunda de 1171. Em ambos os casos sublinhamos que existia um exemplo anterior do uso desta técnica construtiva. Foi precisamente em Tomar que os Templários utilizaram pela primeira vez entre nós o alambor, não na Torre de Menagem, que como referimos apresenta os seus muros verticais até ao alicerce, mas na muralha do Castelo e ao longo de toda a muralha exterior da fortificação. Na realidade, Tomar é o mais extraordinário exemplo que conhecemos em Portugal de uso desta solução rampeada na base dos muros, criada para manter o inimigo afastado, minorando os riscos de escalamento dos muros, de trabalhos de sapa e do uso de máquinas de guerra. Em Tomar, a Torre de Menagem, que se encontra dentro do último reduto da fortaleza, não apresenta esta solução o que se pode explicar por dois motivos: primeiro, porque as dimensões do pátio do Castelo são muito reduzidas, dificultando a aplicação desta solução construtiva que implica um alargamento significativo da base dos muros; depois, porque para se chegar à base da Torre era necessário ultrapassar, na fase inicial da construção, três linhas de muralha com suas portas (a Porta do Sol, de acesso ao Pátio, a porta de acesso à zona conventual ou Alcáçova e a porta de acesso ao Castelo), o que garantia por si só a defesa da construção, tornando o uso do alambor desnecessário. Deste modo, os Templários abdicaram do uso do alambor na Torre de Menagem do Castelo de Tomar. Mas aplicaram essa técnica na muralha do castelo e em todos os muros exteriores da fortificação urbana, ou seja nos muros que tinham de enfrentar as forças inimigas em caso de cerco. O alambor de Tomar estende-se, deste modo, por uma área inédita entre nós, contornando todos os muros exteriores da primeira fase, sendo apenas interrompido em três pontos para dar acesso às três portas da muralha: a Porta do Sol, a Porta da Almedina ou do Sangue e a Porta da Traição. Se exceptuarmos estes três pontos, o alambor de Tomar era uma enorme e potente rampa pétreia, erguida na base exterior das muralhas, contornando em forma de anel toda a fortificação. Era, ainda, uma rampa de grande projecção, com perfil muito mais volumoso que o das Torres de Menagem de Soure ou Pombal, e que se erguia em algumas zonas até uma cota relativamente elevada, desencorajando qualquer veleidade inimiga. Ainda hoje se pode observar uma boa porção desta extraordinária solução arquitectónica. Efectivamente, o alambor de Tomar não sobrevive integral, mas subsistem partes importantes, desde a base exterior do Castelo, contornando a barbacã por dentro, até à Porta do Sol. Quem entra, hoje, no recinto amuralhado de Tomar, depois de ultrapassar a Porta de Santiago (a porta exterior da Barbacã) acompanha o alambor dos Templários (que se desenvolve à sua mão direita). O alambor interrompe-se, obviamente, junto da Porta do Sol para facultar o acesso. No entanto, logo à sua esquerda, desde a Porta do Sol até à Torre do Relógio, de D. Catarina ou da Rainha, encontramos um dos troços mais bem conservados de alambor, onde, infelizmente, a D.G.E.M.N. aplicou o sistema de iluminação do Castelo de Tomar (Fig. 8). O alambor contorna a Torre do Relógio e prossegue até à Porta do Sangue, acompanhando a muralha da Almedina voltada a Sul (Fig. 9). Na Porta do Sangue verifica-se uma segunda interrupção desta solução arquitectónica, para logo depois ela ser de novo retomada, prolongando-se até perto da Torre da Condessa. Nesta Torre circular, como referimos, a muralha inflectia para Norte, dirigindo-se até à Charola, que marcava o limite Ocidental do sistema muralhado. Esta zona foi parcialmente destruída pelas obras modernas. Há, no entanto,

ainda vestígios do alambor, nomeadamente um pequeno troço que sobrevive junto da base Oeste da Sala do Capítulo, uma obra iniciada em 1535 e que ficou inacabada. A planta do castelo de Tomar elaborada por Lacerda Machado, em 1935, que aqui reproduzimos (Fig. 3), apresenta uma reconstrução segura do sistema muralhado original de Tomar, não se esquecendo de assinalar o seu alambor em quase toda a extensão. Efectivamente, Lacerda Machado foi o primeiro autor a registar a presença desta solução em Tomar, apesar de não a ter valorizado devidamente no seu estudo. A sua planta, a melhor que o Castelo de Tomar até hoje conheceu, necessita apenas de ser corrigida num pequeno pormenor – quando o autor interrompe o alambor junto da Porta do Sol, retomando-o apenas na muralha exterior, descendo da Porta do Sol até à Torre do Relógio ou da Rainha. Na realidade, uma análise atenta do Castelo de Tomar permite verificar que a solução do alambor se prolonga dentro do Pátio, detectando-se na base da muralha do Castelo entre a Porta do Sol e a muralha da Alcáçova, como foi assinalado com curvas de nível na planta da D.G.E.M.N. (Fig. 4). Deste modo, o alambor de Tomar contornava não só toda a muralha exterior do sistema defensivo de Tomar (Alcáçova, Pátio e Almedina) mas também a muralha do Castelo (quer na sua porção voltada ao exterior, quer na porção voltada ao Pátio)⁷⁸.

O acesso ao interior da fortaleza de Tomar fazia-se inicialmente pela Porta do Sol que foi, durante três séculos, uma das portas exteriores do sistema defensivo. No Século XV o acesso principal seria reforçado com a construção de uma barbacã de porta, que ainda hoje se encontra em funcionamento, e onde se rasgou a Porta de Santiago. No entanto, uma análise minimamente atenta desta zona revela, desde logo, que esta barbacã de porta foi uma inovação tardia que não pode ser associada à primeira fase de construção do castelo. Na realidade, basta atender ao alambor que acompanha toda a muralha mais antiga da fortaleza de Tomar, e que é ignorado pelos muros exteriores da barbacã, para chegarmos a essa conclusão.

A construção do sistema fortificado de Tomar absorveu todo o esforço construtivo da Ordem do Templo durante uma década. Na realidade, analisando as referências documentais e epigráficas conhecidas, verificamos que entre 1 de Março de 1160, data da fundação do Castelo de Tomar, e o ano de 1171 os Templários não procederam a obras em mais nenhum castelo. Pelo contrário, parece haver um investimento integral das sinergias da Ordem na construção de Tomar. O fim das obras em Tomar é mais difícil de documentar já que apenas dispomos de dados indirectos. Em 1169 D. Afonso Henriques confirmou a posse de Tomar aos Templários, no mesmo diploma em que lhes doa os castelos de Zêzere (Vila Nova da Barquinha) e da Cardiga (Golegã), prolongando o território doado em Fevereiro de 1159 até ao curso do Tejo (DMP, DR I, doc. 297). O facto de confirmar a posse de Tomar pode ser interpretado como um indício de que as obras estariam a terminar ou mesmo já terminadas. Por outro lado, sabemos que logo em 1171 os freires do Templo se lançaram numa grande campanha de reforma de estruturas castelares – o mais coerente e arrojado programa de reforma de estruturas militares que Portugal conheceu ao longo do Séc. XII. Nesse ano de 1171 arrancam as obras de reforma de Pombal, com a construção da Torre de Menagem (com alambor) e a construção, de raiz, do Castelo de Almourol. A confiar no teor das inscrições de Pombal e de Almourol, de 1171, as obras alargaram-se igualmente aos castelos de Cardiga, Zêzere, Idanha-a-Velha e Monsanto. Logo em 1172 era construída a Torre de Menagem de Penas Róias, e em 1174 a Torre de Menagem de Longroiva (com hurdício). Deste modo, tudo parece indicar que este surto de refor-

⁷⁸ Salientemos que os cubelos do sistema fortificado de Tomar, nomeadamente os da zona da Almedina, entre a Torre da Rainha e a Porta do Sangue – que são cubelos de planta semi-circular abertos pela gola, como recomendavam as mais inovadoras soluções de então – apresentam seteiras rasgadas em função do alambor, permitindo não só tiro flanqueado sobre a muralha mas também tiro directo sobre a base do alambor.

mas na primeira metade da década de 70, que afectou oito castelos, é um reflexo da libertação de meios humanos e económicos da Ordem depois de concluída a grande obra de Tomar. De resto, e como referimos, Manuel Sílvio Condes regista logo em 1172 uma doação de uma casa situada «... *intus Castellum de Tomar iuxta murum* ...», o que parece reflectir uma estrutura concluída e não em construção. Poderíamos, em suma, atribuir a construção do Castelo de Tomar, com os seus diferentes espaços (Castelo, Alcáçova, Pátio e Almedina), aos anos de 1160-1169⁷⁹.

O alambor de Tomar, erguido cerca de 1160-1169, revela-se assim como o mais precoce exemplo conhecido em Portugal para esta solução arquitectónica e, de resto, aquele que revela uma maior audácia. Na realidade, nunca mais se voltaria a utilizar em Portugal o alambor com esta extensão, dimensão e volume. O Castelo de Tomar foi, portanto, um verdadeiro estaleiro onde se ensaiaram diversas técnicas de arquitectura militar entre nós. O aparecimento do alambor revela-se de uma enorme modernidade no panorama militar português de então e não temos dúvida em afirmar que, quando foi concluído, o sistema defensivo de Tomar era o que de melhor até então se tinha erguido em Portugal. De resto, a utilização do alambor, certamente pelos elevados custos que acarretava, quedar-se-ia sempre mais ou menos excepcional entre nós, confinando-se a uma meia dúzia de fortificações, entre as quais poderíamos apontar:

- o castelo Tomar (na muralha exterior, erguida entre 1160 e 1169);
- o castelo de Pombal (na base da Torre de Menagem, construída em 1171);
- o castelo de Soure (na Torre de Menagem, a Norte, a mais recente das torres do castelo, erguida nos meados da segunda metade do séc. XII);
- o castelo da Lousã (na base da Torre de Menagem do castelo, uma construção da segunda metade do séc. XII, muito posterior ao recinto erguido por D. Sesnando, e cuja construção deve estar relacionada com o incremento de povoamento que se seguiu à atribuição, em 1151, da carta de foral e de doação do castelo aos seus moradores – DMP, DR, I, doc. 235);
- o castelo da Juromenha (em dois torreões da muralha medieval: no torreão central do conjunto de três que, voltados à entrada principal do castelo, flanqueiam esse troço da muralha medieval, e no torreão que se ergue nas traseiras da Igreja Matriz, vigiando o curso do Guadiana; ambos apresentam uma estrutura de taipa, muçulmana, capeada por fora com alvenaria, de iniciativa cristã, a qual

⁷⁹ Quando defendemos que as obras em Tomar se estenderam entre 1160 e 1169 reportamo-nos às obras militares. A Charola de Tomar, uma construção de planta centrada, com 16 faces e munida de deambulatório, deve ser algo posterior. Na realidade, julgamos que os Freires apenas terão iniciado a Charola depois de terem concluído as obras militares. A Charola de Tomar terá sido erguida em duas fases, a primeira cerca de 1170-1190 e a segunda nos meados do Séc. XIII. A primeira fase de construção da Charola, cerca de 1170-1190, explicaria as semelhanças que se detectam entre os seus capiteis e os da Sé Velha de Coimbra, podendo ser mais um exemplo de uma oficina que absorveu escultores saídos do atelier da Sé Velha depois da crise que estalou no fim do episcopado de D. Miguel Salomão (c. 1180). A interrupção das obras da Charola não deve ser estranha às consequências do cerco almohada de 1190 que, com a destruição que causou, mergulhou a região de Tomar em grave crise económica. A Igreja seria concluída apenas em meados do séc. XIII, quando o reino conseguiu sair de uma série de anos difíceis e se relançaram diversas outras obras interrompidas. Segundo G. Graf a Fase II da Charola apresenta siglas comuns com a Torre Sineira da Igreja de St^o. Maria dos Olivais, o que comprova que essa fábrica pertence aos meados da centúria de Duzentos (G. Graf, *Portugal Roman*, vol. I, Yonne, Zodiaque, 1986, p. 207). A Charola sofreu modificações na sequência do terramoto de 1508, que lhe afectou a cobertura, ditando a alteração do perfil da construção gótica. Dois anos depois, em 1510-12, sofreria alterações mais profundas e radicais, quando se adossou o corpo rectangular manuelino segundo traço de Diogo de Arruda. Sobre a Charola de Tomar vd. Elie Lambert, «Remarques sur le plan des églises abbatiales de Tomar et Batalha», *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, 1940, pp. 588-597; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. III da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Alfa, 1986, pp. 118-120; José Augusto França, *Tomar*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 53 e ss.; e Francisco Pato de Macedo in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando L. Carvalho Homem (Dir. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1996, p. 714.

adopta o alambor; as alterações introduzidas pelas forças cristãs devem ser posteriores à primeira conquista, de 1167, e anteriores à queda da fortificação nas mãos de Abu Yacub al-Mansur, em 1191)⁸⁰;

- o castelo de S. Jorge, em Lisboa (onde surge utilizado no Castelo ou Paço Real da Alcáçova, em obra bastante mais tardia do que os castelos que temos vindo a analisar).

Importa, agora, averiguar a origem desta solução arquitectónica. Não acreditamos que a sua origem seja peninsular, até porque, tal como aconteceu em Portugal, o alambor foi também excepcional nos restantes reinos ibéricos. Na realidade, a arquitectura militar peninsular sempre preferiu as sapatas escalonadas ao alambor. Julgamos, pelo contrário, que a fonte de inspiração para esta solução arquitectónica deve ter sido a arquitectura militar dos Cruzados, no Próximo Oriente, onde Gualdim Pais permaneceu por cinco anos. Entre as fortalezas do Próximo Oriente, quer no Reino de Jerusalém, quer no Condado de Tripoli, no Principado de Antioquia e no Condado de Edessa, o uso do alambor foi relativamente comum. Sem a preocupação de sermos exaustivos registamos o seu uso nas seguintes fortificações (ordenando-as segundo um critério geográfico, de Norte para Sul):

- no Castelo de Bir, nas margens do Eufrates, integrado no Condado de Edessa (hoje Biredijk ou Birecik, na Turquia);
- no Castelo de Saone, no Principado de Antioquia, talvez o mais espantoso dos castelos dos Cruzados (hoje Qal'at Sahyoun, na Síria);
- no Castelo de Margat, no Principado de Antioquia (hoje Qal'at al-Marqab, na Síria);
- no Crac dos Cavaleiros, erguido na fronteira Norte do Condado de Tripoli (Qal'at as-Hisn al-Akrad, na Síria, desde 1957 designado Qal'at Salah-ed-Din em honra de Saladino);
- no Castelo de Beaufort, na zona Norte do Reino de Jerusalém (hoje Qal'at al-Shaqif);
- no Castelo de Belvoir, no Reino de Jerusalém, a Sul do Lago Tiberiades;
- no Castelo de Kerak de Moab, no Reino de Jerusalém (hoje Al Karak, na Jordânia)⁸¹.

De todos estes castelos salientemos o de Saone e o Crac dos Cavaleiros que constituem, sem dúvida, os mais importantes exemplos da arquitectura militar dos Cruzados no Próximo Oriente. Ambos usam o alambor nos núcleos centrais dos castelos, em fases que já estavam erguidas quando Gualdim Pais esteve no Oriente, entre 1151 e 1156, no quadro da II Cruzada, pregada em 1146 depois da queda de

⁸⁰ Sobre o Castelo de Juromenha veja-se, entre outros, Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Distrito de Évora*, Lisboa, 1978, pp. 35-40; José Pires Gonçalves, «As «Arrábidas» de Mértola e Juromenha», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 27, Lisboa, 1981, pp. 30-40; Fernando Branco Correia e Christophe Picard, «Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha», *Arqueologia Medieval*, vol. 1, Porto, 1992, pp. 71-89.

⁸¹ Sobre a arquitectura militar dos Cruzados veja-se, entre outros, Paul Deschamps, *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte. La Défense du Comté de Tripoli et la Principauté d'Antioche*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1973; Paul Deschamps, *La Terre Sainte Romane*, Yonne, Zodiaque, 1964, pp. 31-159; Michel Balard, «Des Châteaux Forts en Palestine», in Robert Delort, *Les Croisades*, Paris, 1988, pp. 167-183; T. E. Lawrence, *Crusader Castles*, edited by Denys Pringle, Oxford, 1990; e a recente síntese de Hugh Kennedy, *Crusader Castles*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

Edessa. Segundo revelam as inscrições de Pombal e de Almourol, Gualdim Pais esteve por cinco anos no Oriente, tendo participado no cerco e conquista de Escalona, em 1153, e na defesa de Antioquia. Percorreu, assim, boa parte do Próximo Oriente, uma vez que Escalona fica no Sul, um pouco a Norte de Gaza, e Antioquia fica a Norte, quase junto de Alexandreta. E, tendo percorrido os mais de 500 quilómetros que separam os dois pontos, é natural que tenha visitado os mais importantes castelos cristãos do Oriente, quer os que estavam na posse da Ordem do Templo quer aqueles que estavam confiados aos cavaleiros da Ordem do Hospital. Aí tomou conhecimento de algumas das mais avançadas soluções arquitectónicas da época, as quais viriam a influenciar directamente o tipo de castelos que, mais tarde, veio a erguer em Portugal⁸².

O dispositivo militar erguido pelos Templários em Tomar foi posto à prova em 1190, com o cerco almohada de Yaqub Al-Mansur, e de novo em 1323, no quadro da crise entre D. Dinis e o Infante D. Afonso (1319-1324). Do cerco de 1190 ficou testemunho eloquente na inscrição de Tomar que já acima tivemos oportunidade de transcrever, a qual reproduz, na primeira parte, a inscrição fundacional de 1160 e encerra com o relato dos trágicos eventos do cerco almohada⁸³. Mesmo que o exército de Abu Yaqub Al-Mansur, que cercou Tomar em 5 de Julho de 1190, estivesse longe de ter os 400.000 cavaleiros e 500.000 peões que o lapicida quis fazer crer – o que deve ser entendido como forma de realçar a heroicidade da resistência dos Templários –, parece certo que seria notória a desproporção entre o exército sitiante e as forças cercadas. O cerco almohada traduziu-se na destruição de tudo o que ficava fora dos muros de Tomar, arruinando a economia dos Templários e das populações que viviam dentro dos seus domínios. No entanto, o exército almohada acabaria por desistir de conquistar a praça, para o que, tradicionalmente, se aponta a conjugação de uma série de factores, desde a inesperada resistência oferecida pelos Templários até à quebra dos abastecimentos vindos de Sevilha e à propagação de doenças entre as forças almohadas, que atingiram o próprio Abu Yaqub Al-Mansur⁸⁴. A estes factores devemos, sem dúvida, acrescentar as características arquitectónicas vanguardistas de Tomar, nomeadamente o potente alambor que se desenvolvia em redor das suas muralhas. Certamente que a presença desta solução arquitectónica deve ter desencorajado Abu Yaqub Al-Mansur, que acabaria por levantar o cerco em 11 de Julho de 1190 e se retirar, investindo contra outras posições cristãs de mais fácil conquista, como foi o caso de Torres Novas.

Quando estavam a concluir a construção do castelo de Tomar, os Templários receberam, em 1169, a doação dos castelos de Cardiga e de Zêzere. Seria na fronteira Sul destes novos domínios, no âmbito territorial do castelo de Zêzere, que os freires decidiram erguer o Castelo de Almourol, o último castelo que abordaremos neste estudo⁸⁵. Para além de confirmar a posse de Tomar, a doação de 1169 ampliou o ter-

⁸² Amorim Rosa já tinha defendido que a arquitectura do Castelo de Tomar denotava influências da arquitectura militar dos Cruzados no Próximo Oriente, citando nomeadamente o Crak dos Cavaleiros e o Castelo de Saone (cf. *História de Tomar*, Tomar, 2ª Ed., Fac-similada, 1988, pp. 44-45). No entanto, os argumentos por si invocados – a existência de duas linhas de muralhas ameadas, o enquadramento da Porta do Sangue por dois torreões quadrangulares, e as muralhas guarnecidas com torreões circulares – não são convincentes. Na realidade, não seria necessário ir até ao Próximo Oriente para encontrar paralelos e fontes de inspiração para esse tipo de soluções. Julgamos, pelo contrário, que a influência da arquitectura dos Cruzados sente-se em Tomar, de forma clara e inequívoca, no uso do alambor, pormenor que escapou ao olhar de Amorim Rosa e de todos os autores que se debruçaram sobre este castelo. Na realidade, nenhum deles valorizou suficientemente esta original solução militar.

⁸³ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 188, pp. 399-405 (onde se indica outra bibliografia).

⁸⁴ Vd. Ambrósio Huici Miranda, «Las campañas de Ya'Qub Al-Mansur en 1190 y 1191», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 5, Lisboa, 1954, pp. 63-64.

⁸⁵ Sobre o castelo de Almourol, e para além da colaboração de Garcês Teixeira dispersa em diversos números dos *Serões de Tancos* e de outra bibliografia que a seguir se indicará, veja-se, ainda, Manuel Osório, «O Castello de Almourol», *Revista de Engenharia Militar*, vol.

ritório doado aos Templários uma década antes, em Fevereiro de 1159, prolongando-o até ao curso do Tejo. Os freires ficaram, assim, na posse de um amplíssimo domínio, com uma implantação estratégica notável, que lhes permitia controlar uma boa porção do vale do Tejo e uma das estradas medievais mais trilhadas – a via que atravessava o Tejo em Punhete (hoje Constância) e se dirigia até Coimbra passando pela Ladeia. Mas ficavam, igualmente, com o controlo dos caminhos que, acompanhando a margem Norte do Tejo, se dirigiam de Leste para a Santarém⁸⁶. Estas circunstâncias explicam a localização desta nova estrutura militar. Decorria o ano de 1171 quando o castelo começou a ser construído numa pequena ilha rochosa, em pleno leito do rio Tejo, um pouco a jusante da foz do Zêzere, a meio caminho entre Vila Nova da Barquinha e Constância. Nesse mesmo ano estavam os Templários igualmente empenhados na construção da Torre de Menagem de Pombal, facto que explica que os dois castelos possuam inscrições muito semelhantes, executadas pelo mesmo lapicida e com textos quase coincidentes. O Castelo de Almourol revela, pelo reaproveitamento de diversos materiais, a velocidade de construção que os Templários quiseram imprimir. Assim se explica a presença de uma inscrição romana na ombreira da porta do castelo⁸⁷, bem como pequenos fragmentos de frisos com temas que, tradicionalmente, atribuímos à arquitectura visigótica, aplicados no alto da muralha interna. O castelo ocupa a totalidade do espaço disponível, erguendo-se sobre os afloramentos rochosos que garantiam uma cota suficientemente elevada para ficar a salvo da normal subida das águas do Tejo durante o Inverno. Obedecendo a estas condições a superfície disponível revela-se exígua, tendo permitido apenas a construção de um pequeno castelo com dimensões máximas de 54 metros de comprimento e 31 metros de largura (Fig. 5). A planta de Almourol adapta-se aos condicionalismos impostos pela topografia do local, assumindo um contorno irregular. No entanto, houve a preocupação de regularizar o perímetro, adoptando-se sempre que possível troços de muralha rectilíneos. Sublinhemos, por outro lado, que todas as inflexões de itinerário da muralha de Almourol foram assinaladas com torreões de planta circular – dez ao todo – que assumem por vezes um grande desprendimento em relação aos muros, o que torna-os particularmente indicados para o tiro flanqueado. Esta característica denuncia, desde logo, uma preocupação militar e uma sábia adaptação da construção aos condicionalismos impostos pelo local. Apesar de ter dimensões reduzidas, o Castelo de Almourol apresenta o seu espaço compartimentado, aproveitando a diferença de cotas dos afloramentos para definir duas áreas independentes. Na realidade, depois de se passar a porta de entrada do castelo, que é flanqueada por dois torreões circulares, um deles de apreciáveis dimensões, temos acesso a um primeiro pátio que se encontra isolado da Torre de Menagem e do pátio superior por uma muralha interna. Uma vez mais, devemos salientar a actualidade desta concepção de espaço que permite que, uma vez ultrapassada a primeira porta, as forças inimigas não tenham acesso à totalidade da estrutura castelar mas apenas a uma parte inferior, sobre a qual é possível tiro a partir de planos superiores. Neste recinto inferior erguiam-se algumas construções de apoio à guarnição militar, das quais temos notícia

I, Lisboa, 1896, pp. 199-208 e vol. II, Lisboa, 1897, pp. 32-42; Damião Peres, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 167-176; Alfredo Gonçalves da Costa, «O Castelo de Almourol e o Turismo», *Livro do Congresso. Primeiro Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1982, pp. 14-20; e João José Alves Dias, *Paio de Pele. A Vila e a Região do Século XII ao XVI*, Santarém, 1989. Sobre a área em que o castelo se insere veja-se, ainda, João José Alves Dias, «Uma grande obra de engenharia em meados do Século XVI. A mudança do curso do Rio Tejo», *Nova História*, vol. 1, Lisboa, 1984, pp. 66-82, e João José Alves Dias, «As Comendas de Almourol e Cardiga das Ordens do Templo e de Cristo na Idade Média», *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 1991, pp. 101-112.

⁸⁶ Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar Medieval. O espaço e os Homens*, Cascais, 1996, p. 40.

⁸⁷ Trata-se da inscrição funerária de Quinto Cadio Frontão e de seus familiares, estudada por Hübner, Borges de Figueiredo e Garcês Teixeira, deslocada para Almourol aquando da construção do Castelo.

até Época Moderna e das quais encontramos vestígios na estereotomia dos muros e em vários alicerces colocados à vista por uma escavação antiga e pouco cuidada⁸⁸. A existência de habitações para os elementos da guarnição militar explica a presença de duas amplas janelas residenciais rasgadas na muralha Sul do Castelo. Quase na extremidade oposta à da entrada, e depois de se ter contornado a base da Torre de Menagem, encontra-se a segunda porta do Castelo de Almourol, que permite o acesso ao pátio superior. As duas portas do castelo de Almourol – a exterior e a interior – encontram-se coroadas por inscrições datadas de 1171 que revelam o ano em que a fortaleza foi erguida e o protagonismo de D. Gualdim Pais nesta iniciativa⁸⁹. No entanto, não são estas as únicas portas que o Castelo de Almourol conhece. Na realidade, o Castelo possui uma Porta da Traição, rasgada na parede Sul, à sombra de um dos torreões redondos, sabiamente camuflada pela construção e topografia, que passa despercebida a olhar menos atento. O pátio superior do Castelo de Almourol possui dimensões ainda mais exíguas que o primeiro reduto, tendo quase um quarto da sua superfície disponível ocupada pela Torre de Menagem, que se ergue dominante. Esta implanta-se nos afloramentos mais elevados e não apresenta qualquer sintoma de alambor. O castelo de Almourol possui, como todos os castelos medievais, o seu caminho de ronda que corre no alto dos muros. No entanto, no caso de Almourol não possuímos um, mas dois caminhos de ronda, autónomos. O primeiro percorre o adarve da muralha exterior ao longo do recinto inferior, e tem um desenvolvimento linear. As sentinelas que faziam a vigilância, iam e vinham entre dois torreões, num itinerário relativamente pequeno que percorria dois troços quase rectilíneos de muralha, articulados em ângulo pouco pronunciado. O segundo caminho de ronda apoia-se na espessura dos muros superiores e apresenta uma particularidade digna de nota. Na realidade, um adarve ou caminho de ronda caracteriza-se por se apoiar na secção das muralhas e por apresentar um parapeito, coroadado por merlões ou ameias, erguido junto da face exterior do muro. Normalmente um caminho de ronda não possui parapeito na face interna do muro. Em Almourol, a maior parte do adarve obedece a este esquema mais comum. No entanto, nas duas extremidades do circuito superior do adarve – sobre a porta de entrada do castelo e no extremo oposto a esta – encontramos pequenos troços de caminho de ronda que correm à cota do circuito superior, com grandes desníveis em relação ao adarve inferior, e que adoptam o duplo parapeito, apresentando muro com ameias em ambas as faces (Fig. 5). Assim, estas duas pequenas porções de caminho de ronda aproximam-se, em termos formais, de uma *couraça*, uma solução arquitectónica que pode ser precisamente definida como uma porção de muralha que, desprendendo-se do muro principal, permite acesso a um ponto afastado e que é munida de adarve com duplo parapeito⁹⁰. A maior parte das couraças apresentam um desenvolvimento perpendicular ao muro

⁸⁸ Dessa escavação, realizada em 1899, temos algumas notícias em Garcês Teixeira, «O Espólio do Castelo de Almourol», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, 1932, pp. 4-10, reed. in *Revista de Arqueologia*, vol. 2, Lisboa, 1934-36, pp. 140-145. Uma primeira versão deste artigo fora editada em *Serões de Tancos*, vol. I, Tancos, 1929, pp. 12-15 e 19-22. Entre as estruturas que se erguiam no interior do castelo de Almourol contava-se, desde 1467, uma pequena capela de que não resta hoje memória ou vestígio – cf. António Baião, «Uma Capela de N. Senhora no Castelo de Almourol, inaugurada no meado do Século XV», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. III, Tomar, 1951-59, pp. 15-16.

⁸⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. nº 137 (sobre a porta exterior) e nº 138 (sobre a porta interior), pp. 302-308. A inscrição da porta exterior, a mais extensa, reproduz quase fielmente a inscrição do Castelo de Pombal que se conserva, hoje, no recinto do Convento de Cristo, em Tomar. As três foram executadas pelo mesmo pedreiro-lapidista, como tivemos oportunidade de realçar no nosso estudo de 1995.

⁹⁰ Luis de Mora-Figueroa define Couraça como «*muralla que partiendo del recinto fortificado permite el acceso protegido a un punto no muy lejano, normalmente para procurar la aguada, y con adarve de doble antepecho*» (Luis de Mora-Figueroa, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cadiz, 1994, p. 85). A Couraça é, aparentemente, uma solução da arquitectura militar peninsular, que apenas surge na Península Ibérica e no Norte de África, aqui predominantemente em praças detidas pelos portugueses no séc. XV e XVI – vd. Robert Ricard, «Couraça et Coracha», *Al-Andalus*, vol. XIX, Madrid, 1954, pp. 149-172, reed. in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, 1955, pp. 465-495.

principal, de onde se desprendem. São, assim, muros isolados, que podiam ser atacados de ambos os lados, o que motivou a adopção do duplo parapeito. No caso de Almourol os dois troços do caminho de ronda que adoptam o duplo parapeito não possuem desenvolvimento perpendicular à muralha do castelo. No entanto, desprendem-se do circuito superior do adarve e, ao avançarem até aos torreões extremos do castelo, apresentavam parte do seu itinerário sujeito a tiro a partir do pátio inferior. Em situação normal tal não oferecia grande perigo, mas em caso de o pátio inferior ser conquistado por forças inimigas representavam uma clara desvantagem. A inclusão do duplo parapeito nestes troços do adarve veio solucionar o problema, permitindo a defesa eficaz da guarnição militar não só em relação ao exterior mas também em relação ao pátio inferior do castelo. Trata-se de uma solução muito original, que não nos recordamos de encontrar em mais nenhum castelo português. A originalidade desta solução reflecte, uma vez mais, uma grande capacidade de adaptação das soluções arquitectónicas aos condicionalismos do terreno e um invulgar domínio da arte militar. Por isso, o Castelo de Almourol representa, igualmente, um marco importante na arquitectura militar dos Templários e, de uma maneira mais geral, na arquitectura militar portuguesa.

A análise das características que os Templários imprimiram à sua arquitectura militar, especialmente ao longo do mestrado de D. Gualdim Pais, parece-nos comprovar de forma inequívoca que esta Ordem militar era a instituição no reino que dominava melhor as regras da arquitectura militar, que melhor as sabia aplicar no terreno, e que assinou algumas das mais inovadoras estruturas que Portugal conheceu ao longo do Séc. XII. Permite, ainda, realçar a particular importância que, neste contexto, representa o terceiro quartel do Séc. XII, um período muito fecundo em novidades, que se afirma como um verdadeiro momento de charneira na evolução da nossa arquitectura militar. As características inovadoras e vanguardistas destas soluções, e o papel que elas representaram no panorama da arquitectura nacional, que não tinham sido devidamente avaliadas pelos Historiadores, bem merecem que, de agora em diante, lhes dediquemos uma maior atenção.

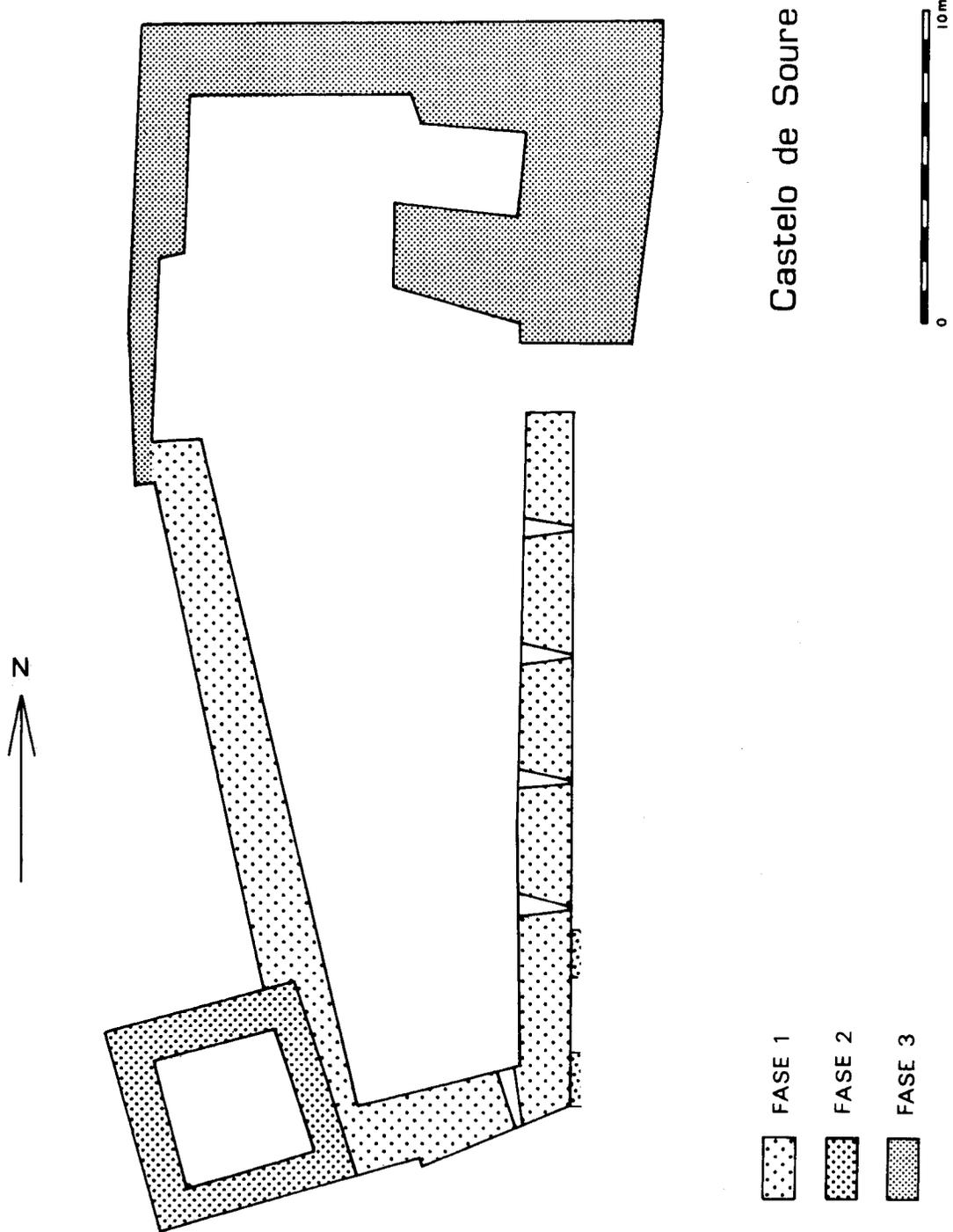


Fig. 1 – Castelo de Soure – Fases de Construção.

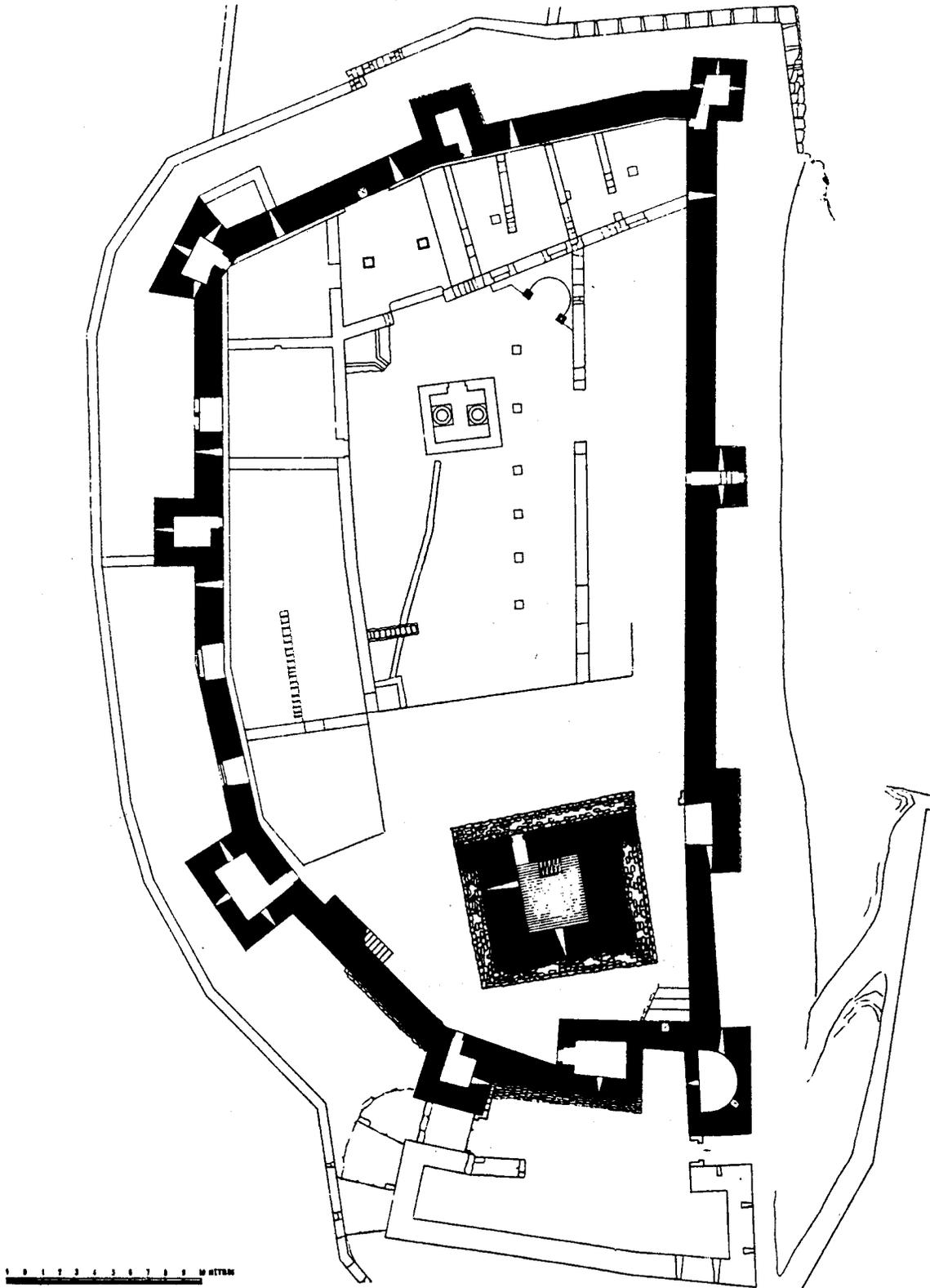


Fig. 2 – Castelo de Pombal (Planta da D.G.E.M.N.)

TOMAR

CASTELO DOS TEMPLÁRIOS

(Reconstituição de F. S. de Lacerda Machado)

1935

Traçado { **—** Existente
 - - - - - Conjectural

- A - Alcáçova
- B - Porta do Sol
- C - Muro de que se encontraram os alicerces em 1934
- D - Torre, que depois se chamou da Rainha (D. Catarina)
- E } - Cubelos setentrados em dois andares
- F - Torre de que ainda se vê um ângulo
- G - Muro que se vê na luminura manocelina
- H - Charola, com eirado ameadado
- I - Cubelo que existiu onde se fez a casa-forte
- J - Porta da Traição?
- K - Torre demolida quando se fez a portaria
- L - Obra nos baixos do Hospital Militar, onde se escavou uma loja em 1934
- M - Torre de menagem
- O - Porta de S. Tiago

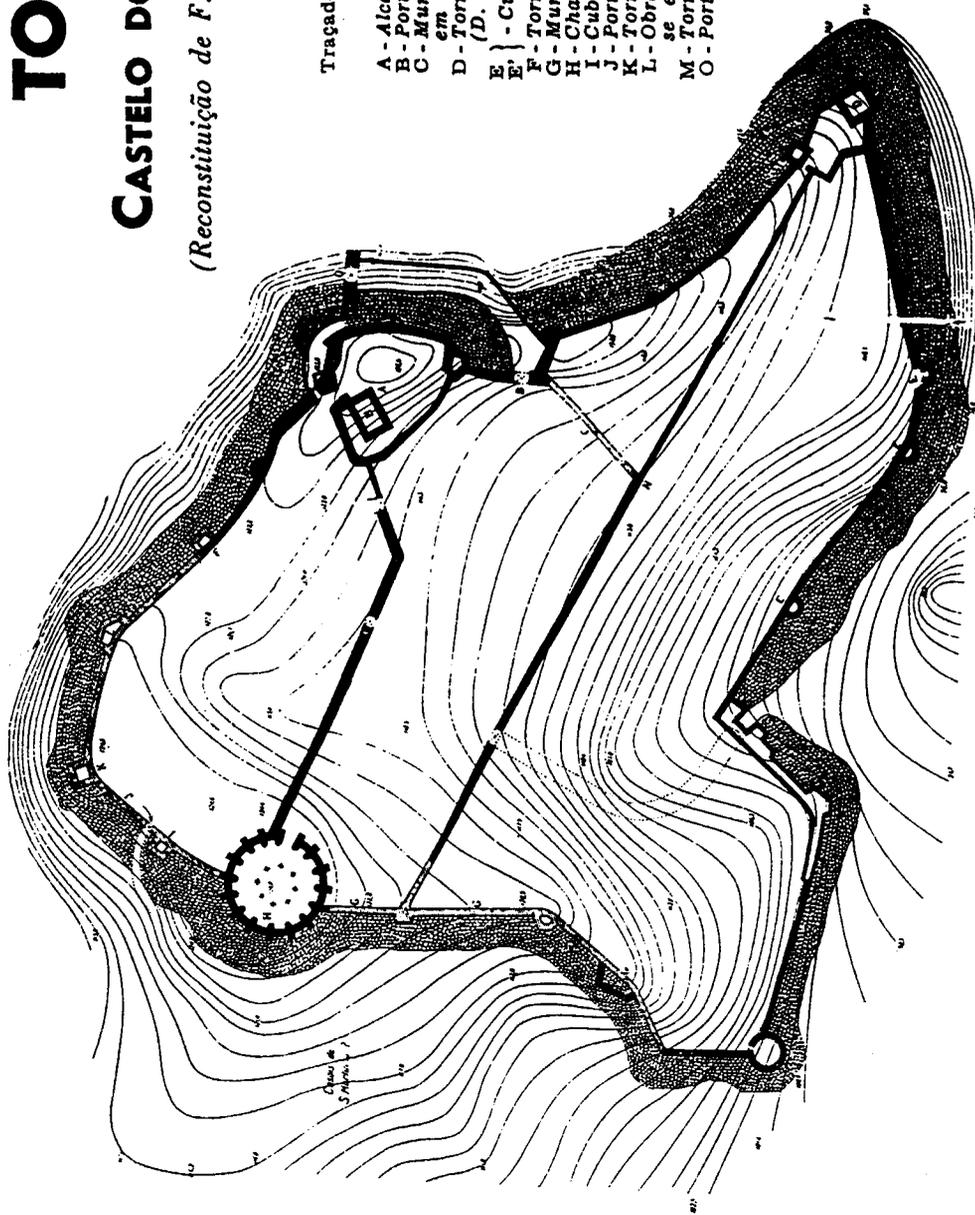


Fig. 3 – Tomar – reconstituição do Castelo Medieval (planta de F. S. Lacerda Machado, 1936)

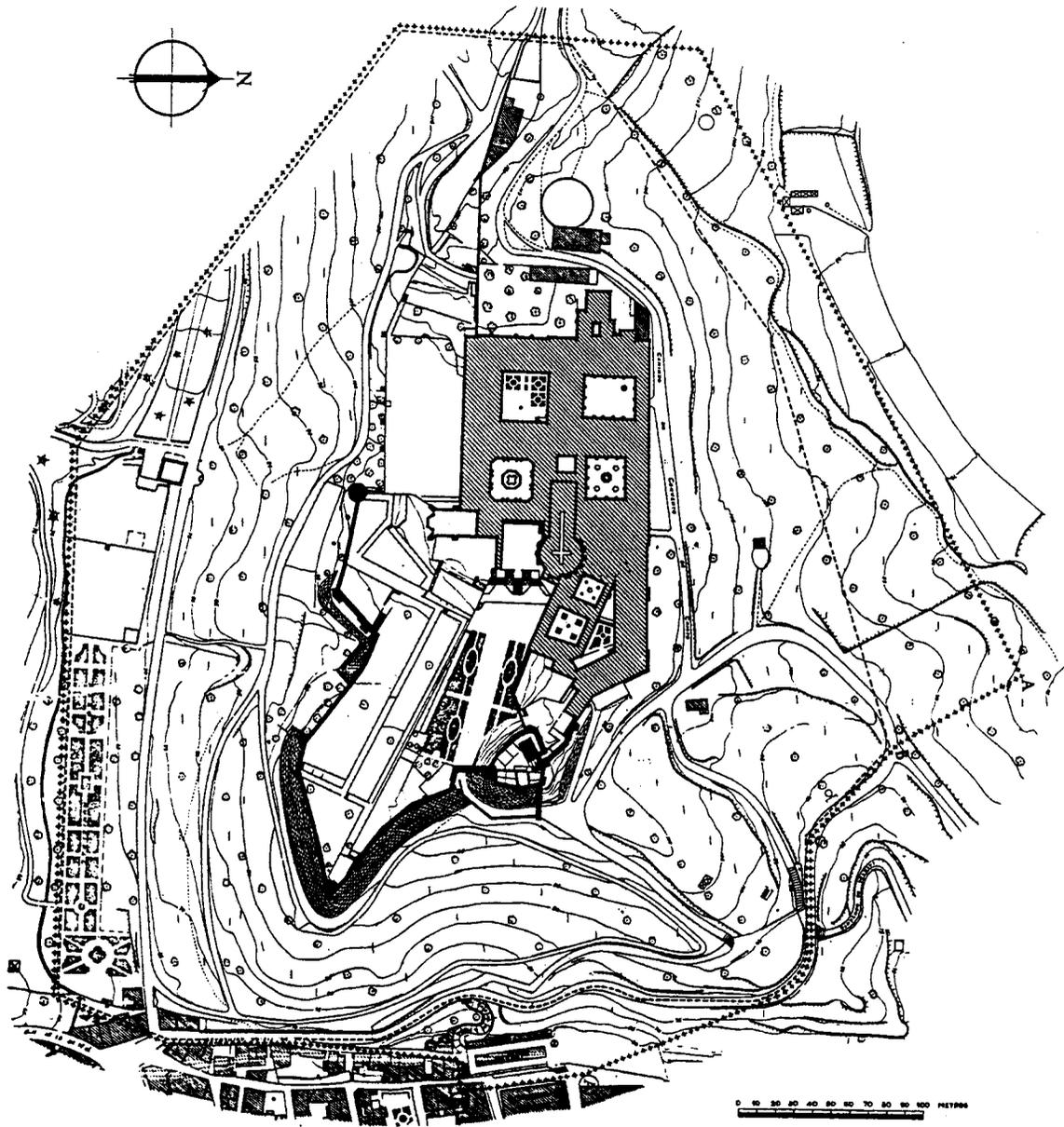


Fig. 4 – Tomar – planta actual do Castelo (planta da D.G.E.M.N.)

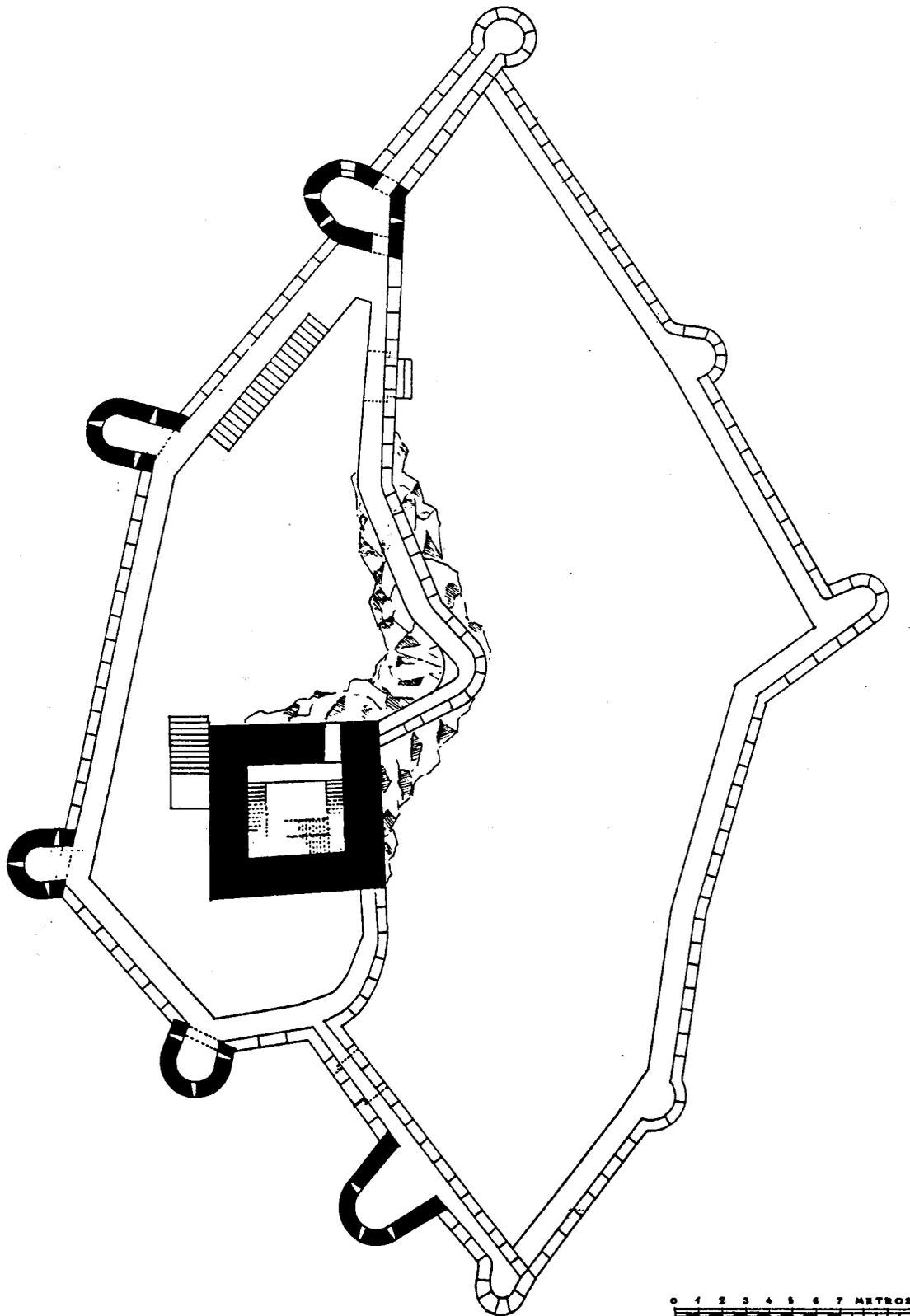


Fig. 5 – Castelo de Almourol (planta da D. G. E. M. N.)



Fig. 6 – Castelo de Soure – fachada Leste.



Fig. 7 – Castelo de Pombal – Torre de Menagem.



Fig. 8 – Castelo de Tomar – muralha com alambor, entre a Porta do Sol e a Torre do Relógio ou da Rainha



Fig. 9 – Castelo de Tomar – muralha com alambor, entre a Torre da Rainha e a Porta da Alcáçova ou do Sangue.

